

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.

9.0
—

AS PRÁTICAS CORONELÍSTAS NA REGIÃO DO TRAIRI - 1945 - 1955



Francisca Lúcia de Melo

NATAL/RN

FRANCISCA LÚCIA DE MELO



**As práticas coronelistas na Região do Trairi
(1945 - 1955)**

**Monografia apresentada ao curso
de História Bacharelado, da Uni-
versidade Federal do Rio Grande
do Norte.**

**Orientador: Wicliffe de Andrade
Costa.**

Natal/1995

A força de uma oligarquia estadual advinha do controle exercido sobre os grandes coronéis municipais, condutores da massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político...

(Maria do Carmo Campello de Souza)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos, e a minha
prima Jaqueline, pelo amor que
nos une como uma verdadeira fa-
mília.

AGRADECIMENTO

A Deus por mais uma vitória;
Ao professor Wicliffe de Andrade Costa, orientador deste estudo monográfico, pela sua exigente orientação na pesquisa bibliográfica, pois sem ela não teria conseguido organizar a presente monografia; Aos meus pais, e a todas pessoas que direta ou indiretamente me incentivaram na elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. Origem do coronelismo	07
1.1 - conceito de coronelismo	08
1.2 - “política dos governadores”	09
2. Coronel enquanto elemento político	13
2.1 - chefe político	15
2.2 - sistema eleitoral	16
2.3 - falseamento do voto	17
2.4 - barganha eleitoral	18
2.5 - poder de polícia	20
2.6 - compromissos sociais	21
3. As práticas coronelistas na Região do Trairi	26
3.1 - Major Theodorico Bezerra: empresário, fazendeiro - político	27
3.2 - coronelismo na Região do Trairi	39
3.3 - alistamento eleitoral	42
CONCLUSÃO	48
ANEXOS	49
BIBLIOGRAFIA	60

INTRODUÇÃO

Este estudo monográfico visou detectar a forma da participação do "major" Theodorico Bezerra, na disputa eleitoral, durante o período 1945 a 1955. Através das fontes Oral e documental, coletou-se os dados sobre a maneira como se deu a entrada do major Theodorico Bezerra na luta política da Região do Trairi.

Pelo fato da existência de uma bibliografia enaltecadora da "figura do major Theodorico Bezerra, nome lendário no folclore político do Rio Grande do Norte e de uma documentação escrita limitada. Recorreu-se à pesquisa oral, com o objetivo de registrar informação histórica sobre determinado objeto: As práticas coronelísticas.

O estudo do coronelismo não envolve unicamente aspectos políticos de dominação de classes, mas abrange inúmeras implicações ao longo do processo histórico no qual se forma a sociedade brasileira. Os coronéis podem ser vistos como representantes da Oligarquia agrícola - mercantil, que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e de manter seus privilégios.

O coronelismo se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prática política está muito bem estruturada, num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-o no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal.

No primeiro capítulo procuramos detectar o compromisso que o coronelismo tem com suas origens, ainda no período regencial. Com a finalidade de manter a coesão do Império. Seu conceito. Onde, coronelismo era a base da "Política dos Governadores", que constituía um conjunto de normas e práticas políticas informais, articuladas pelo Presidente Campos Sales.

No segundo capítulo foi estudado o coronel enquanto elemento político, e seus principais elementos. O papel do coronel só é compreensível quando se distinguem as bases econômicas - sociais que lhe confere autoridade, e quando se explicita a função que exerce dentro das classes proprietárias no interior do Estado

O coronel é auto - suficiente em seu município, atrelado a novos compromissos, subordinando-se a uma organização partidária mais complexa de em sua ausência, a um jogo político bem mais sofisticado. Estas relações são expostas no terceiro capítulo intitulado. "As práticas coronelísticas na Região do Trairi".

CAPÍTULO I

1- Origem do coronelismo

“A Raiz do Coronelismo brasileiro encontra-se no período colonial, entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 - 1950. O termo ‘coronel’ significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional”.(1) ‘O coronel’, de modo geral, era o comandante militar de uma de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento num Município. Era freqüentemente dono de terras (Senhor de engenho ou fazendeiro de gado) o componente dominante da classe dirigente do Brasil agrário; porém, membros de outras classes sociais, tais como comerciantes, advogados, médicos, burocratas, professores, industriais e até mesmo padres tinham o posto do coronel da guarda.

Entretanto, o cerne do coronelismo não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional, mais sim com os aspectos sócio - políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes monárquico e republicano no Brasil. Em suma, o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial.

Os anos-limite dessa fase são 1850 - 1950. Durante esse século de modernização a nação passou por uma série de mudanças de estrutura fundamentais na economia e na política. Foi também uma fase de conflito entre forças tradicionais e forças decorrentes das tensões sociais e econômicas e de um sistema político nacional que lutava sem resultados para manter sua estabilidade. O coronelismo surgiu exatamente nessa época de crise e instabilidade, para comandar a política local e regional, e freqüentemente para funcionar como estado informal no sertão. O amadurecimento do coronelismo como instituição unicamente brasileira teve lugar durante a Primeira República (1889 - 1930), as quatro décadas críticas de transição de uma fase sócio-econômica para outra.

Alguns historiadores atribuíram a mania de títulos entre os ricos e os pobres, no Brasil, à introdução de um sistema de nobreza e à fundação da Guarda Nacional no início do século XIX. O título de coronel era ofuscado por cinco categorias de nobreza: duque, marquês, conde, visconde e barão, em ordem decrescente. Além disso, os títulos acadêmicos de bacharel, para os advogados e engenheiros, e doutor para os médicos, davam mais

prestígio que “coronel”. As comendas honoríficas e os títulos acadêmicos, entretanto, permaneciam aquém do alcance da maioria dos brasileiros, tornando os postos para militares mais acessíveis e atraentes. No cômputo geral, o título de coronel tornou-se um título inferior, com uma conotação de novo-rico ou até mesmo de vulgaridade. Tal distinção de classe acentuou-se ainda mais no final do século XIX.

A popularidade dos títulos da Guarda Nacional espalhou-se rapidamente durante os períodos monárquico e republicano. As principais famílias de origem latifundiária e mercantil obtinham rotineiramente títulos da Guarda Nacional não se limitava à aristocracia sem instrução do sertão. Nos engenhos de açúcar mais tradicionais do Recôncavo, as pessoas de boa família do local também procuravam postos militares. Essa elite latifundiária comandava os maiores exércitos particulares de seus municípios, e com ou sem títulos, eram verdadeiros lordes da violência organizada.

O prestígio social da Guarda Nacional continuou a aumentar durante as décadas de 1850 e 1860, quando o grato Império viu os serviços militares prestados durante a guerra contra o regime de Rosas, na Argentina, e na Guerra do Paraguai (1864 - 1870). Contudo, a politização das concessões de títulos persistiu durante a República.

1.1- conceito de “coronelismo”

Denomina-se “coronelismo” a estrutura política por intermédio da qual os chefes de clãs rurais e grandes latifundiários assumiram o controle da ação política. Onde “o coronelismo é entendido como poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha do candidato por eles indicados”.(2)

Por isso mesmo, “o coronelismo” é sobretudo “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.(3) Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referências à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.

O coronelismo tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a primeira República, e cujas raízes remontam ao Império. Já então, “os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança, herança não configurada legalmente, mais que existia de maneira informal”.(4)

Uma das grandes surpresas dos republicanos históricos, quase imediatamente após a proclamação da República, foi a persistência desse sistema, que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral. A base da antiga estrutura eleitoral se alarga, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente

os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos.

Um "coronel" importante constituía assim uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência dos indivíduos no espaço social, fossem seus pares ou seus inferiores. "Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira". (5)

O coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas.

Entretanto, as raízes do coronelismo já estavam sedimentadas no Império, e com a República, o coronel, apenas amplia o seu papel dentro da nova estrutura política. Somente com o desenvolvimento da urbanização e da industrialização, o poder coronelístico entra em declínio, isto por volta dos anos 40, sem contudo poder-se falar de seu desaparecimento.

1.2 - "política dos governadores"

O coronelismo, como forma de domínio oligárquico, foi reforçado pela evolução política da primeira República, principalmente em relação ao papel do presidente da república e os dois partidos estaduais rivais, o PRP e PRM. O Brasil, diferentemente do resto da América Latina, não desenvolveu um sistema partidário nacional eficiente. Um esforço foi feito nesse sentido, quando o Partido Republicano Federal (PRF) foi estruturado pelos chefes do PRP. O PRP teria sido um meio de impor a supremacia regional dos estados produtores de café da federação, porém logo tornou-se vítima de acirradas disputas. Com a ascensão do oligarca do PRP em 1898, Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, o PRF estava fadado ao fracasso. Sendo um sincero federalista e um republicano histórico, Campos Sales tentou pôr em prática o credo de que a "União pensa o que os estados pensam" em relação aos diversos partidos e grupos dominantes. Com essa finalidade, o presidente deu aos grupos estaduais voz mais direta na política federal, esvaziando a necessidade de um partido nacional, e garantiu partidos de representação estadual oficial no congresso federal. Em 1900, a famosa doutrina da "política dos governadores" foi assim claramente enunciada. Prestigiado e respeitado, o coronel domina o município autônomo e nesta posição se mantém, durante todo o desenrolar da primeira República.

No plano nacional, a estrutura coronelista articulou-se com a "política dos governadores", instituída por Campos Sales.

A sua teoria foi formulada pelo próprio autor, que discordava, todavia, do nome adotado: não admitia que dissesse "política dos governadores", mais "política dos Estados", o que, aliás, era uma verdadeira tautologia, uma vez que ele considerava como representante dos Estados os seus respectivos governadores, chefes reais da política de cada unidade federativa.

A teoria está exposta num texto clássico da apologia de Campos Sales - Da Propaganda à Presidência: "... em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque - não cessarei de repeti-lo - é lá que reside a verdadeira força política".(6)

Foi a fase áurea da "política dos coronéis", incrementada pelo enfraquecimento dos militares e o conseqüente fortalecimento da "política dos governadores". Os Estados pelos seus respectivos governos, dominarem o governo central e politicamente, administravam a nação. Os coronéis cresciam no seu egoísmo, indiferentes que sempre foram ao destino das comunidades que dirigiam, alheios à sorte do seu próprio eleitorado, trabalhadores sem terra, transformados em servos da gleba.

A "política dos governadores" ou dos "Estados" foi uma solução inteligente: uma vez que os governadores dominavam os votos dos seus Estados, os chefes estaduais tomar-se-iam, automaticamente, os "grandes eleitores" dos presidentes. E, como os Estados variavam de população e, obviamente, de eleitorado, os mais populosos, Minas e São Paulo garantiam a situação. Tínhamos, com isto, o seguinte: O presidente da República assegurava a sua política no Congresso pelos votos das grandes bancadas, atendido, por sua vez, os reclamos dos grupos dirigentes das forças que o apoiavam. E na escolha de seu sucessor, jogava sempre com estas forças de modo a ter sucessor de sua confiança.

Com o apoio de três bancadas numerosas, Campos Sales conseguiu que suas diretrizes fossem cumpridas. Resolveu assim os problemas partidários mais importantes da atividade política, aqueles relacionados à formação das estruturas de dominação nos Estados. "A partir daí deputados e senadores garantiam-se a si próprios mandatos sólidos e intermináveis no Congresso e a seu partido longo domínio do poder no Estado".(7) Iniciou-se a implantação das oligarquias estaduais*, cujo poder se fecharia às tentativas conquistadoras das oposições que surgissem. Instituiu-se a norma básica da "política dos governadores" que deveriam propiciar ao regime federativo o equilíbrio procurado nos anos anteriores. E sob sua égide fluiria a República até 1930.

No sistema constituido, os verdadeiros protagonistas do processo político era os Estados, os quais dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais, os Estados davam apoio ao presidente da República, sem o qual estes não subsistiria no poder.

A força de um oligarquia estadual advinda do controle exercido sobre os grandes coronéis municipais, condutores da massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político que lhes fora aberto com o regime representativo imposto pela Constituição de 1891.

A República somente herdou dificuldades e atribulações. Nos primeiros anos, a situação financeira é de tal modo precária que o biógrafo de Campos Sales, afirma que, "quando da eleição desse presidente, em 1898, "o tesouro estava exausto". Coube então a Campos Sales a responsabilidade de sanear os cofres públicos e para isto se viu na contingência de moldar a Câmara dos Deputados à sua maneira, consolidando assim a "política dos governadores" e, conseqüentemente, prestigiando a "política dos coronéis".(8)

Portanto, os coronéis elegiam os governadores e os parlamentares, por se encontrarem fortalecidos no seu mandonismo, transformando-os oficial e oficiosamente, em ditadores municipais. Iriam de fato governar a República, que sai do século XIX e ingressa no século XX com o coronelismo no auge do seu prestígio.

As oligarquias dominavam todos os Estados, campeando a impunidade dos políticos da situação, mesmo em se tratando dos mais fraudulentos e desonestos, com a justiça veramente aplicada, o voto declarado e as atas eleitorais falsificadas, o "perrepismo" praticamente como partido único, com a chamada "comissão dos cinco, nomeada pelo próprio presidente da República, a depurar representantes da oposição, eleitos para o congresso.

O coronelismo foi base de uma possível "política do Estados". Com efeito, o coronelismo não expressa o apogeu por privatismo local, como alguns pensam, mais manifesta um compromisso entre o poder estatal que necessita de votos e o poder econômico privado (que já está em decadência na República) dos donos da terra. A eleição a nível municipal e estadual com inexistência de partidos reais, levou à transição entre o Estado (que fornecia a polícia e os juizes) e os "coronéis", que forneciam os votos de cabresto."(9)

Em consequência desse fato, reflexo político da nossa organização agrária, os chefes dos partidos (inclusive o governo, que controla o partido oficial) tinha que se entender com os fazendeiros, através dos chefes políticos locais. E esse entendimento conduzia ao compromisso de tipo "coronelista" entre os governos estaduais e os municipais, à semelhança do compromisso político que se estabeleceu entre a União e os Estados.

Assim como na relações estaduais-federais imperava a "política dos governadores", também nas relações estaduais-municipais dominava o que por analogia se pode chamar "política dos coronéis". Através do compromisso típico do sistema, os chefes locais prestigiavam a política eleitoral dos governadores e deles recebiam o necessário apoio para a montagem das oligarquias municipais.

Contudo, a maioria dos autores associa o crescimento do poder coronelístico à força eleitoral que os coronéis desempenharam na República Velha. O auge de sua influência coincide com o período que se estende da Presidência de Campos Sales as vésperas da Revolução de 30. Logo após, entra em franca decadência, restringindo-se às áreas economicamente inexpressivas.



NOTAS

1. PANG, Eul Soo. **Coronelismo e oligarquia (1889 - 1943)**. Rio de Janeiro: Civilização -- brasileira, 1979. p.19.
 2. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo: uma política de compromisso**. 5. ed. São Paulo. Brasiliense, 1986. p.26.
 3. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 7 e 8.
 4. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO Boris. **história geral da civilização brasileira: O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1975 t.3, v.1, p.158.
 5. Id., *ibid.*, p. 159.
 6. CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. 5.ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. pt. 1, p. 189.
 7. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político - partidário na Primeira -- República. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 15. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 162.
- * Apesar da origem comum, o coronel não pode ser confundido com o oligarca. Ambos se diferenciam pela posição ocupada na política nacional: o coronel é chefe político municipal; o oligarca domina a política estadual, com influência tanto no município quanto na esfera federal. perpetuava o poder estadual famílias oligárquicas, como os Aciolly no Ceará; Pedro Velho no rio Grande do Norte; Monsenhor Walfredo Leal em Alagoas; os Maltas em Sergipe; Os Irmãos Monteiro no Espírito Santo; os Vicente Machado no Paraná; os Fonsêca no Rio Grande do Sul; os Murtinho em Mato Grosso e os Nery no Amazonas.
8. LUNA, Luiz e BARBALHO, Nelson. **Coronel dono do mundo: síntese histórica do -- coronelismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1983. p. 19
 9. LEAL, V. N. *op. cit.* p.32

CAPÍTULO II^l**2- Coronelismo enquanto elemento político e social**

Politicamente, o significado hierárquico define o mandonismo político, que é reflexo natural das estruturas existentes. "A fragilidade dos poderes centrais estaduais e federais, permite a formação de lideranças dos mais aptos e poderosos".(1) É verdade que elas representam.

O "coronel" se define pelo poder político: "quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores, dá-se a este o nome de "coronel", porque outrora ele era com frequência autênticos ou falsos "coronéis" da extinta Guarda Nacional."(2)

Assim, o poder político é medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições. procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos-eleitorais são elementos de ligação indispensável entre o coronel e a massa dos votantes. A estrutura, grosso modo, se apresenta hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos eleitorais e, na base da estratificação política, os eleitores. Além do papel de proselitismo, tem o cabo-eleitoral a função de organizar a massa, mantendo-a "em forma" para os pleitos.

Blondel identifica três tipos de estrutura coronelística: primeiramente, o mando pessoal, em que o coronel "domina através de um sistema bem organizado de cabos-eleitorais que vão ver os eleitores, transmitem as ordens e os enquadram no dia da eleição".(3) Em seguida "o chefe político dominando indivíduos também de nível e poder, os quais, por turno, dominam o eleitorado, forma indireta do poder do ponto de vista do chefe mais elevado, que o torna menos absoluto do que no primeiro caso uma vez que neste último o chefe não tem certeza total de que recolherá todos os votos".(4) Finalmente, há também a dominação "colegial", em que "cada membro da família domina uma zona, mas como esta permanece unida e como não tem um chefe marcante, a dominação é mais aristocrática do que monárquica".(5) Neste caso, quase todos os postos locais, médicos, juizes, tabeliães, algumas vezes padres e naturalmente deputados, estão nas mãos de gente pertencente ao grupo familiar.

"Pode-se dizer, que o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício do poder, colocando-o em situação de fazer favores; a existência da parentela era condição importante de apoio para a conservação do poder dentro do conjunto de parentes; mais entre os parentes o chefe por excelência era aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis: o grande coronel era sempre um *primus inter pares*".(6)

Portanto, o fenômeno do coronelismo é basicamente explicado pelo tipo de relações sociais predominantes no meio rural, isto é, a parentela, entendendo o político apenas como uma extensão destas relações, onde o voto é elemento essencial jogando com os aspectos econômicos para explicar parte da supremacia do coronel e a decadência da estrutura coronelista.

A situação política do coronel se manifesta nos seus serviços de intermediação. "Ele é inseparável da sociedade agrária, matando-a, em morte lenta, a urbanização e a crescente comercialização dos interesses", (7) onde o coronel pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva. O agricultor e o pecuarista, grandes e pequenos, vivem um mundo perigoso, ameaçado pela violência dos homens, numa sociedade congênial à solução das disputas ao preço de sangue, bem como cercados de ameaças alheias ao seu controle (seca, oscilação de preços de seus produtos). Pois suas vontades e obrigações são leis.

A influência do coronel como presença econômica não se limita a suas fazendas e a seus moradores: sempre ultrapassa-lhes os limites extrapolando para as fazendas vizinhas, para os povoados, as vilas, e as cidades. Os fazendeiros vizinhos de menos posses porventura mais tímidos em saber exigir e dominar, tendem a submeter-se seu arbítrio e a ser simples extensões de seu domínio. "São essas relações de supremacia econômica, no entanto, na maior parte dos casos adocicados pelo compadrio, instituição que prolonga a família do coronel pelos seus afilhados, comadres e compadres, assim mais discretamente submetidos à sua autoridade patriarcal". (8)

Todo o sistema de relações sociais e econômicas das sociedades-rurais assim estruturada como que exige concentração do processo de decisões nas mãos de chefes autoritários, que talvez não tenham sequer consciência, ou que é tido como parte integrante da ordem natural das coisas, aceita a atuação do coronel que se exacerba num mandonismo local, sem constrangimento e sem reprovação por sua parentela. O coronel protagoniza esse chefe de vontades e dono de decisões. "Seu desaparecimento, só se dá com a modificação do sistema de relações sociais e econômicas que o motiva". (9)

Socialmente, o coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais, e não ideológicos. É o chefe do clã, título que engloba "não só a família que lhe segue e obedece as pegadas mais próximas, mais o cabroal que vive em função do seu prestígio, da sua força, do seu dinheiro". (10) Aos agregados, ele dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação dos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém créditos; protege-os das autoridades policiais e jurídicas, ajuda-os a fugir dos compromissos fiscais do Estado. É o Juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É comerciante e agricultor, porque produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado, jogando com os maiores recursos financeiros e representando da potência econômica fundamental do município. É homem de "fé", pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospedeiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigo seguro para todos os que o procuram.

“A figura tradicional do coronel da roça é sempre alvo de todas as consultas, os conselheiros de todos os municípios, o orientador e o mandão de todas as consciências. Quando ele quer, ninguém o contraria: quando ele dita, todos o obedecem, mesmo nos mais exigentes propósitos e nas mais iníquas imposições”.(11)

Seu aliado e complemento é o doutor, que as vezes não se origina das próprias famílias dominantes. Porém a ligação orgânica entre as duas partes é fundamental no processo: ao coronel cabe o controle e o domínio; o doutor se faz valer “mais pelo poder de inteligência e da cultura, pelo prestígio da palavra ou por serviços prestados na advocacia e na medicina às famílias ricas ou às massas pobres...” Ou fazem uma simbiose: “o coronel enteva com a influência pessoal ou de clã, com o dinheiro e a tradição; o doutor, a ele aliado, com o manejo da máquina, incumbido-se das campanhas jornalísticas, da oratória das ocasiões solenes, do alistamento, das tricas da votação, da apuração e das atas, dos recursos eleitorais e dos debates das vereanças quando havia oposição”.(12)

Assim, o controle do coronel é total no seu município ou zona. É natural que entre estes coronéis existam temperamentos mais ou menos amigáveis. A sua liderança significa domínio, e o desrespeito às regras pode levar, também, à quebra do seu status e ao desprestígio. O termômetro da sua afirmação regional está na manifestação popular pelo voto. É através deste que ele mantém seu prestígio e pressiona para obter favores necessários para continuar a dominar inteiramente. No regime representativo, a sua força é o número de votos que pode fornecer ao candidato: daí a relação existente entre votar no candidato a um cargo executivo - governador ou deputado, e os favores recebidos: empregos públicos, verbas para obras, controle sobre a polícia local, etc. Porém, só se consegue favores quando se é partidário do governo, daí o interesse em ser situacionista: numa época em que as oportunidades de empregos e rendas são limitadas, o Estado é uma das poucas fontes de privilégio. Por sua vez, a oposição sempre procura aproximar-se do governo, beneficiar-se da situação e torna-se situacionista, só não o fazendo quando circunstâncias particulares não o permitem: esta é uma das razões da grande fraqueza da oposição no Brasil, já que não existe, em geral, motivação ideológica nas suas atitudes.

2.1 - chefe político

O coronel fazia a política e completava a administração pública no âmbito municipal, dentro do partido tumultuado na base por descensões de famílias e de grupos políticos, sedentos para conquistar o poder que é resultante de compromissos fundamentais, tendo entre outras características, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais.

O coronelismo se manifesta num “compromisso” numa “troca” de proveitos entre o chefe político e o governo estadual, com atendimento por parte do Estado por parte das reivindicações mais fáceis e viáveis do eleitor rural. As despesas eleitorais cabem, em regra, aos coronéis. Em troca; os empregados públicos estaduais, lotados das respectivas

comunas, são nomeados por indicação dos chefes políticos, assim também são demitidos ou removidos para outros municípios. Certas funções públicas, não institucionalizadas estão enfiadas nas mãos dos coronéis. "Daí embora eles possam ser adversários entre si na área municipal, coronel contra coronel na disputa da chefia local; terão de ser sempre governistas no campo estadual e federal, se quiserem conservar as regalias do poder".(13)

O elemento primário desse tipo de liderança é o "coronel" que comanda discricionariamente um lote considerável de "votos de cabresto". A força eleitoral empresta-lhe o prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência o "coronel" com que se resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. "Exerce por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfiavam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mais que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas".(14)

2.2 - sistema eleitoral.

O mínimo que se pode dizer sobre as eleições na Primeira República é que constituíam verdadeiras farsas. A luta pela vitória começava com o registro de eleitores. A prática corrente era que cada município ou comarca organizavam três comissões para promover as eleições: uma comissão de registro, uma comissão eleitoral executiva, e uma comissão de apuração.

Em cada Estado existiam pequenas variações quanto ao homem e a organização porém os mesmos três estágios, do registro até a apuração, eram iguais em todo o país. As três juntas eram formadas pelo juiz da comarca nomeado pelo governador (juiz de direito) um juiz municipal e membros escolhidos dentro do eleitorado local. Como sempre os membros do conselho e os intendentess conseguiram fazer parte dessas juntas e ditavam o procedimento e os resultados das eleições.

"O partido dominante empregava meios variados, inclusive a violência, para evitar o registro de eleitores que apoiassem o candidato rival, uma vez feito o registro, as facções rivais, inundavam o município com capangas, geralmente bem armados, com o objetivo de intimidar o eleitorado. Uma vez apurados os votos a junta revia os resultados e dava certificados para todos os candidatos a cargos municipais, e estaduais tinham que submeter os diplomas ao senado estadual. O senado instituiu então uma comissão de reconhecimento que proclamava o vencedor".(15)

Eleitores pagos e eleitores - fantasmas também "participavam" da eleição. A compra de votos era decididamente um subproduto do sistema capitalista, e daí derivou-se que o dinheiro tornou-se o principal instrumento para a permuta de bens e de serviços. Os fazendeiros e comerciantes precisava de um relacionamento contratual para segurar os

serviços de trabalhadores, e esse hábito de comprar serviços estendeu-se, sem dúvida alguma, à política eleitoral. “Duas décadas após o final da Primeira República, um oficial das Nações Unidas observou que muitos eleitores analfabetos jogavam na urna seus cupons de almoço, em vez da cédula que lhes era fornecida junto com o cupom de refeição pelo chefe político. A distribuição de roupas novas, sapatos, chapéus e outros bens essenciais era comum durante a campanha eleitoral”.(16)

Outros abusos mais sérios diziam respeito a eleitores que não existiam. Essa prática eleitoral fraudulenta era conhecida como bico de pena. O resultado das eleições na Primeira República, era um produto da colaboração dos que controlavam os municípios (os coronéis) e os que controlavam o legislativo, (presidentes e governadores). O controle dos coronéis do ponto de vista dos governadores e presidentes, era um fator decisivo para todas as vitórias eleitorais.

O resultado das eleições, ao sabor das conveniências de grupos poderosos, não representava da maneira como era processado, a vontade soberana do povo. O eleitor é simplesmente um instrumento para depositar na urna o voto da preferência do chefe do coronel em cuja terra trabalha, ou de quem, na cidade depende para viver de sua influência e do seu prestígio, ou ainda dos que temem represálias por desobedecer as suas ordens. Em véspera de eleição, porém o coronel transige. Apresenta-se macio e mesureiro ao eleitorado, faz favores, dá dinheiro, manda matar um novilho gordo para o bródio eleitoral.

2.3 - falseamento do eleitorado

A repetição do processo eleitoral, realmente vai sujeitar o patriarcalismo político do coronel doador de votos a progressivas modificações e rápida deterioração. O voto que o matuto confiava ao coronel, como se fosse um bem da natureza, uma planta do mato sem grande valor começa a eletrizar-se com o atrito de sucessivas lides políticas. O seu valor de condutor de poder passa a ser vagamente percebido. O voto começa a ser favor, de favor se torna objeto de negócios. E o que era antes doado pelo matuto e trocado pelo coronel com os políticos de seu partido, por prestígio, empregos, até por secretárias do estado, passa a ter, com a libertação progressiva do eleitor, o seu preço. “Se o voto do coronel era antes como seu gado, mercadoria que ele exportava, agora também é mercadoria que lhe é vendida em troca de favores, roupas, sapatos e empregos. À medida que as eleições se processam, o mercantilismo externo do voto a que se acostumara o coronel, quando o utilizava em troca de vantagens e mesmo de dinheiro, se comunica inteiramente dentro do sistema”.(17) As vontades, que antes o matuto simplesmente cedia, passam a ser vendidas e trocadas, não sem alguma reação por parte do chefe que assim vê abrirem-se os seus currais eleitorais.

E as eleições, nos municípios do coronel começam a ser “dispendiosas”. O processo eleitoral, com efeito, como que se comercializa em suas duas fases: do coronel para

os seus candidatos e posteriormente do coronel para com o eleitorado, que se contagia com a mercantilização do voto, ou do coronel intermediário no negócio de votos para deputados federais, senadores e governadores e receptáculos, ele próprio, dos votos à deputação estadual, ou a prefeito.

“O voto-de-cabresto, passa, então a voto-mercadoria. Votos são trocados por vestido, paletó, chapéu ou sandália ou pelo pirão do dia das eleições. Em fase mais recente, voto vale dinheiro. origina-se, então, todo um complexo mecanismo de mercado, em torno da mercadoria-voto, de que não se ausenta enorme especulação que lhe determina o preço”.(18)

O voto, passou a ser objeto de negócio instrumento de barganha. Os coronéis disputavam a compra de votos a eleitores venais. Quando isso não era possível, adotavam o processo das ameaças e das perseguições, para eles mais convincente.

O voto assume uma conotação de posse na relação chefes versus eleitores e torna-se mecanismo essencial na constituição do poder do coronel. A forma de obtenção do voto, vai desde a barganha e aí “levava os grandes e médios coronéis a todo um comportamento de paternalismo diplomático e de etiquetas refinadas, com relação a seus

imediatos”,(19) até a forma coercitiva, onde opressão, violência e crueldade são armas, justamente porque tal relação de troca (voto) está inserida numa estrutura de dominantes e dominados.

2.4 - barganha eleitoral

“A barganha eleitoral é a consideração do voto como uma posse, que marca os eleitores diante dos respectivos chefes, e que provém justamente da multiplicidade de graus de hierarquia”.(20)

Anteriormente à República, votavam apenas os cidadãos de posses, de acordo com a última lei eleitoral do Império, o eleitor precisava justificar uma renda anual mínima de 200 \$ 000, quantia elevada na época. O voto destes cidadãos constituía, pois, um bem cujo valor era reconhecido, o que lhes permitia “barganhá-lo” contra favores e benefícios. uma vez estendido, o voto a maioria dos cidadãos, o modelo persistiu, tanto entre os chefes políticos maiores de outro, detentores às vezes de menos de uma centena de votos, quanto entre estes chefes políticos menores e os próprios eleitores, desde que estes se tornassem mais avisados.

“Era ‘normal’, no período das eleições, saírem os chefes políticos e seus cabos-eleitorais em tournês pelo interior, carregados de presentes para os eleitores, botinas, rangedeiras, para os homens, cortes de vistosa e chita para as mulheres da família do eleitor, roupas e brinquedos para as crianças, sendo que num envelope, juntamente com a cédula do voto, haviam outras de mil-réis... Saboroso folclore até agora a pouco, conhecido e pouco

levado em consideração, mais que tem um significado paternal, pois revela uma verdadeira 'compra' do voto".(21)

No entanto, cumpre não esquecer que a obtenção dos votos nem sempre se exprimiu pela maneira benigna da barganha, uma vez que se encontrava inserida numa estrutura de dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico. A opressão; a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão usuais quanto os favores e os benefícios.

A multiplicidade dos coronéis, é, assim, o aspecto essencial, da originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças e grupos de associados econômico-políticos. O chefe político é o sucessor deste chefe de clã do qual, houve muitos exemplos no sertão na época em que era essencial a necessidade de fazer reinar a ordem. "Em sua multiplicidade de aspectos, e em sua evolução, traçamos o perfil destes chefes desta época sob o rótulo genérico de "mandões locais".(22)

O chefe-político capta os eleitores, ou os conserva graças a favores frequentes para que esses o julguem indispensável. Da antiga dominação do chefe político que impunha suas ordens pela força da época em que o cabo-eleitoral era verdadeiramente o cabo de um pequeno exercito, permanece sobretudo, uma aparência externa. o chefe político continua a assegurar a proteção com o desenvolvimento da consciência nacional perdendo mais e mais, seu caráter político para tomar aspecto administrativo.

O eleitor tomou o hábito de pedir cada vez mais. "Ele sabe que existe um Estado e uma Federação que o podem socorrer".(23)

A extensão do voto de todos os alfabetizados, conquista republicana, em lugar de implantar um sistema de escolha, que consiste na afirmação da opinião de eleitorado, votando pelos candidatos que lhe parecessem os mais capacitados, ampliou o antigo sistema em que o voto era um bem de troca que se negociava entre eleitores e candidatos pertencentes quase todos aos níveis sócio-econômicos mais elevados. Na República das normas "liberais e democráticas" introduzidas como uma correção do que havia de viciado durante o Império (por exemplo a barganha eleitoral), foram interpretadas em termos das condições sócio-econômicas existentes e tiveram como resultado estender a todos os níveis da hierarquia social o mesmo sistema anterior acentuando-o.

Desse modo, não era eleição o momento de escolha dos mais capacitados, e sim "um momento da barganha ou de reciprocidade de dons. O individuo dá seu voto porque já recebeu um benefício, ou porque espera ainda recebê-lo".(24)

2.5 - poder de polícia.

Antes da lei de 1841, que formulou o código de processo criminal, quando os coronéis chefes-políticos gozavam de amplos poderes em seus respectivos municípios, acobertados e garantidos e, conseqüentemente, do seu prestígio político, os juizes de paz eram escolhidos e eleitos por esses regentes municipais e se tornavam instrumentos perigosos em suas mãos. De acordo com o disposto nos artigos 161 e 162 da constituição de 1824, o juiz municipal devia funcionar como pré-instância judicial em seu distrito, uma espécie de agente conciliador entre as partes, procurando sempre pacificar os espíritos e evitar os conflitos, que, muitas vezes, degeneravam em graves ocorrências, com prejuízo para a ordem pública e a segurança da população.

Mas, na prática, os juizes de paz raramente procediam com isenção e justiça nos seus julgamentos, presos que estavam aos compromissos assumidos com os chefes-políticos, com o coronel dirigente da política local, a quem, realmente, deviam a eleição e a posição social que ocupavam no município. Ficava assim a autoridade judicial na dependência do coronel responsável pela vida política e administrativa da localidade sob sua jurisdição, sem a necessária autonomia para cumprir com dignidade o mandato conferido para ser desempenhado de acordo com o espírito da lei. "Antes de ser um representante do poder judiciário, passava a ser partidário de uma corrente política, devendo fidelidade não à justiça mais ao chefe do partido que o elegera".(25)

A pirâmide judicial da primeira instância compunha-se das áreas hierárquicas: distrito, termo, comarca. Na base, do começo das demandas, estava o distrito, sempre manobrado por um coronel, que, quando não elegia um correligionário juiz, elegia-se ele próprio. E como ninguém se atrevia a contá-los, nomeavam-se tantos inspetores quantos fossem os capangas de confiança do chefe-político da situação. Os dispositivos do código de processo criminal, alterados em 1841, davam plena autonomia à autoridade dos coronéis da Guarda nacional, transformadores em chefes municipais, donos absolutos da justiça e da polícia.

Foi contra os demandas do coronelismo que se insurgiram os reformadores de 1841, tentando atualizar o código de processo criminal para humanizá-lo um pouco, consertando distorções gritantes, eliminando certas aberrações judiciárias, restando o poderio exagerado do coronelismo brutal.

Na verdade, a lei de 3 de dezembro de 1841 trouxe algumas modificações fundamentais para a estrutura administrativa do Império, embora nem todas alcançassem os resultados visados. Criou-se a lei do município neutro, cujo chefe de polícia provincial tinha sua autoridade subordinados tanto a delegados e subdelegados quanto se fizessem precisos os presidentes das respectivas províncias.

Os coronéis aproveitando-se dessa ascendência, exigiam a nomeação dos seus candidatos, especialmente dos delegados de polícia que sempre constituíam o principal instrumento de sua força política, mesmo quando a autoridade policial era nomeada pelo poder central, obedecia a indicação do presidente da província, que o fazia, naturalmente, de acordo com as conveniências do coronel interessado.

A intenção foi, realmente, das melhores e, a princípio, a reforma inquietou os coronéis. Mais o fato é que tudo serenou e terminou sem ferir tanto o tradicionalismo coronelistas. O juiz de paz perdeu as imunidades e atribuições, que lhe era considerado a terceira autoridade na hierarquia administrativa do Império. Os delegados de polícia, também sem ganhar dinheiro, mais capitalizando prestígio, herdaram as vantagens dos antes poderosos juizes de paz. Foram elas transferidas ao juiz para o delegado, mudaram de gente, passaram às funções de outros mandatários.

Os coronéis, por sua vez, continuaram mandando, através de outro instrumento de pressão, muito mais forte, mais perigoso e eficiente, que enfeixa sob suas atribuições dois terríveis poderes: o de prender e o de julgar. Ganharam os coronéis ainda mais forças com seus correligionários no exercício dessas funções excepcionais, que, além de tudo, aparentavam um favor especial à causa pública.

A justiça era aplicada de acordo com a vontade dos poderosos, dos quais dependia a estabilidade dos magistrados, "Se é que se pode dar tão honroso título a almas, pela maior parte, venais, que só impunham a vara da justiça para oprimir os desgraçados, que não podem satisfazer sua cobiça, ou melhorar a sua sorte",⁽²⁶⁾ como assinala José Bonifácio na histórica representação à primeira Assembléia Constituinte do Império. Sob esse aspecto, a situação não se modificara desde aqueles longínquos tempos, era a mesma no país há mais de meio século independente. A política de Campos Sales "era a consolidação das oligarquias dos Estados."

As constituintes estaduais dão aos municípios completa liberdade administrativa e financeira: a autonomia permite às câmaras controle total das rendas e verbas, o que as leva comumente ao uso pessoal deste dinheiro, tanto em obras particulares como em benefício dos seus simpatizantes.

A nomeação do chefe de polícia depende também, dos grupos no poder: O apoio do governo estadual permitem que eles indiquem o seu candidato, o que lhes possibilita o domínio de todos os triunfos, sendo seus desejos facilmente realizados, ao mesmo tempo que a polícia pressiona a oposição.

2.6 - compromissos sociais.

Nascido e criado num ambiente de humilhação e obediência passiva, herdado da escravidão, quando o diálogo não lhe era permitido, o homem do campo recebe ordem sem discuti-las. No seu entender, as ordens dos donos das terras são decisões irrecorríveis de um poder tradicionalmente superior e infalível. Em geral sofre calado porque considera que isso é ordem natural das coisas, "Deus quer assim". O vigário ensina que os nascidos pobres, hão de morrer pobres. Na pregação ele enfatiza que, Cristo nasceu numa manjedoura e morreu pregado na cruz para redenção da humanidade. Espancado numa face, ofereceu a outra aos agressores. Portanto, a palavra do Evangelho, deturpada pelo clero,

ajuda a formar a mentalidade do homem rural, sofrido e conformado com tudo que lhe acontece.

Portanto, o trabalhador não deve pensar, pois, não é pago para isso. É pago para receber e executar ordens, onde o chefe manda e ele obedece.

Dentro desse sistema de predomínio de classe a República foi proclamada e chegou a Revolução de 30. Onde, o coronel é o rebento natural do sistema com todo seu esplendor e poderio. É o chefe que manda, devido este ser dono da vontade do povo o senhor do destino da República. "Provocador e condutor dos acontecimentos, formados de opinião pública nos resultados das urnas, forjado na ilegitimidade das eleições que as atas falsas registravam como expressão da vontade popular".(27) O eleitor expressava apenas a vontade do chefe e, "quem tem chefe" não delibera, ouve e executa as ordens.

Entre a massa de vontade discriminam-se seus apaniguados, que os acompanham cegamente esteja em cima ou baixo. São os compadres, os afilhados, os comensais da mesa da casa-grande, os parentes pobres e os agregados que gravitavam em torno do seu poder. Estes são os eleitores realmente "de cabresto," presos ao chefe, firmes na sua dedicação. "Pelo chefe matam e morrem".

Na realidade, o sucesso de um coronel como um oligarca local depende basicamente de sua habilidade em trocar favores: sociais, políticos e econômicos por votos. Em primeiro lugar ele tinha que estruturar uma gama de promessas obsequiosas de modo que, contentasse a maioria dos eleitores. A lealdade das massas rurais era canalizada para o coronel, que por sua vez apoiava um determinado partido ou grupo restrito, numa base de permuta de favores.

Diante do compadre, do eleitor incondicional e de sua dedicação, o coronel se abrandava, e reduz-se a distancia que a diferença social estabelece entre ambos. No interior, o compadrio é uma instituição que impõe fortes compromissos entre as partes. Onde, o afilhado passa a constituir-se uma espécie de filho, digamos, filho de segunda categoria, mais devendo ao padrinho respeito e obediência, enquanto ao padrinho compete a obrigação de fazer pelo afilhado, amparando-o com sua proteção e ajudando-o na luta pela vida.

A maldade do coronel somente se revela contra o eleitor, incluindo compadres e afilhados em caso de desobediência, ou traição, coisa que o sertanejo não perdoa. O traidor é considerado tão objeto que a própria sociedade o repele do seu meio e, em muitos casos, a própria família assim o procede. Mais o "eleitor de cabresto", o compadre, o afilhado, o que recebe favores, raramente trai o chefe-protetor. Aliás, ao homem do interior, torna-se muito difícil faltar à palavra empenhada, a um compromisso assumido. Mesmo com sacrifício, às vezes até diante de ameaças contrárias, cumpre fielmente o que prometeu. "A história do fio de barba valendo como documento não é simplesmente lenda". Geralmente o homem do interior costuma ser fiel e leal. Tem sido assim em todos os tempos e, ainda hoje se encontram exemplos desse tipo.

O eleitor que empenha a palavra a um determinado chefe político, vota com ele de qualquer maneira e sejam quais forem as conseqüências. "Vota até debaixo de balas, não vende o voto, entrega-o com a palavra, às vezes acompanhando à própria vida".(28)

O homem do interior tem mais apego às tradições, que o do litoral, devido suas condições e imposições da vida que leva, é mais conservador dentro de suas convicções de honra e dignidade.

É nesse compromisso que o paternalismo, como traço das relações sociais no Brasil, está incorporado tanto à linguagem de senso comum como ao pensamento sociológico. A análise do fenômeno, porém, tem se cingido quase que exclusivamente aos aspectos políticos, mais transparentes a todos os níveis de observação, devido talvez à parafernália dos momentos eleitorais, quando os seus ingredientes básicos - proteção, favor, dádiva e promessas - se apresentam de forma concreta objetiva e direta.

portanto, o paternalismo, será visto como uma ideologia a serviço de uma prática econômica, que conecta com a parceria enquanto relação social de produção.

O paternalismo político se apresenta com duas faces bem distintas: "bondade" para o correligionário, e "crueldade" para o adversário. Tal é o paternalismo exercido pelo coronel, chefe político e líder municipal, mormente em tempos eleitorais quando os extremos de "bondade" e "crueldade" se acentuam, para que fique bem definido aos olhos de correligionários, o alcance do braço do seu poder e prestígio.

A situação de dependência se reproduz na sociedade civil de perfil paternalista e na acentuada diferença econômica entre as classes sociais. A dominação é exercida através de um rígido encadeamento hierárquico, no qual o coronel representa o poder local, imediatamente superior ao do pai de família. Sua prática política está muito bem estruturada.

Num sistema eleitoral onde é possível reconhecer todos os seus passos, localizando-os no tempo e no espaço. "Formando uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal".(29)

NOTAS

1. CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889 - 1930)**. — 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. pt. 1 p.253
2. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1989. V.1, t.3, cap.3. p.157.
3. BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957. p.61
4. Id., *ibid.*, p.62
5. Id., *ibid.*, p. 61 e 62
6. QUEIROZ, M. J. P. *op.*, *cit.*, p.178
7. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1975. V.2 p.260
8. VILLAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, coronéis** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p.29
9. Id., *ibid.*, p.250
10. CARONE, E. *op. cit* p.256
11. Id., *ibid.*, p.250
12. Id., *ibid.*, p. 257
13. LUNA, Luiz e BARBALHO, Nelson. **Coronel dono do mundo: síntese histórica do coronelismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1983 p.279.
14. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975 p.23
15. PANG, Eul. Soo. **Coronelismo e oligarquias:(1889 - 1943)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p.34
16. Id., *Ibid.*, p.35

17. VILAÇA, M. V. & ALBUQUERQUE, R. C. op., cit., p.18
18. Id., ibid., p.18
19. QUEIROZ, M. I. P. Cit., p. 136
20. Id., ibid., p.137
21. Id., ibid., p. 137
22. BLONDEL, J. op., cit., p.60
23. Id., ibid., p.61
24. Id., ibid., p.61
25. LUNA, L. e BARBALHO, N. op., cit., p.148
26. Id., ibid., p.141
27. Id., ibid., p.298
28. Id., ibid., p.300
29. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo: Uma política de compromissos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 1986, p.33.

CAPÍTULO III

3- As praticas coronelistas na região do Trairi

O coronel, caracterizado pelo prestígio e poder de mando, era o chefe político local ou regional, geralmente um latifundiário, cujo poder era maior ou menor de acordo com o numero de votos por ele controlado (voto cabresto) para assegurar nas urnas a vitória dos seus candidatos em função das oligarquias estaduais com quem mantinha estreitas relações.

Desta forma, o coronelismo é um sistema político governista, na medida em que depende dos governadores dos estados (oligarquias) para as suas concessões e para a execução das melhorias municipais.

“Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial; recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município”.(1)

Socialmente, o coronel exerce uma série de funções que o fazem temido e obedecido (...). Aos agregados, ele dispensa favores: dá-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes, mas “não tolera visitas de moradores a doentes devido no outro dia não ter condições de ir ao trabalho”;(2) em compensação, exige fidelidade, serviço e permanência infinita em suas terras. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos, empresta dinheiro, obtém crédito; protege-os das autoridades policiais e jurídicas, ajuda-os a fugir dos compromissos fiscais do Estado, entre outros. É o juiz pois, obrigatoriamente, é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fugas de moças solteiras.

“... É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospedeiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa e mesa abrigo seguro para todos que o procuram”.(3)

Maria Isaura Pereira de Queiroz, no seu ensaio sobre o coronelismo, chama a atenção, para outros elementos não políticos que compõem a figura do coronel. “Considerá-lo apenas sob este aspecto é mutilar um conjunto complexo, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão mais ampla, tanto em si mesmo quanto em sua evolução histórica, social e política”.(4)

Embora não seja nosso propósito analisar a organização paternalista, em si mesma, não podemos destaca-la , porque dá conteúdo e forma ao comportamento do coronel. Assim, a observação de Maria Isaura nos é útil, na medida em que reforça que o paternalismo não se manifesta somente na área política, isto que o coronel age

paternalisticamente. Outros ganhos estão em pauta. A política é, porém, freqüentemente o caminho mais curto para a obtenção dos benefícios pretendidos. Sobretudo, quando estes benefícios implicam em concessões e favores que tem o proveito eleitoral. E aí que o paternalismo se coloca como instrumental de um sistema político que procura conciliar a força do poder privado com o ideal representativo. Isto significa que a essência do coronel enquanto elemento político persiste, amoldando a aparência ao momento histórico em que transcorre.

3.1 - Major Theodorico Bezerra: empresário, fazendeiro - político.

Nasceu em Santa Cruz, em 23 de julho de 1903 no Estado do Rio Grande do Norte, é o 4º filho dos nove do casal Anna Bezerra e José Pedro Bezerra. Seus estudos primários os fez ali mesmo onde nasceu, começando o ginásio em Natal. Em 1923, foi convocado para o Exército, chegando à graduação de Cabo. Desse período, informa, veio-lhe o apelativo de "Major"(*) em razão da farda que envergava.

Não se trata de lhe fazer a biografia mas, dentro do projeto que nos ocupa, é preciso pinçar alguns momentos dos seus 91 anos de existência, aspectos significativos de sua trajetória econômica e política, que possam tornar mais inteligível a racionalidade do coronelismo.

Sabemos que aspectos sociais, econômicos e políticos quando vistos de uma ótica global, se apresentam imbricados no todo da realidade social; quando esses mesmos aspectos são analisados em um indivíduo particular, se apresentam igualmente imbricados no todo da personalidade.

Quando Theodorico Bezerra projeta para os outros o seu perfil, "agrada-lhe dizer que tem 5 anéis de doutor, 5 formaturas, afirmação que leva implícita crítica ao academicismo. Assim as justifica": (5)

"Sou formado em agricultura" - Faz anos que lido com a agricultura. Sei plantar batata, milho, feijão algodão e qualquer outra coisa. Sei mais do que os agrônomos, porque eles tem muita teoria e eu tenho a prática. Se me perguntam: "o algodão abriu a flor hoje, com quantos dias depois se pode colher," eu respondo na hora - 43 dias.

"Sou formado em pecuária" - "Sei fazer peia, cabresto, tratar de bicheira, abrir a boca de um animal, amansar, avaliar o peso, reconhecer o passo - se é troteador, baixeiro, amarrar o bezerro, tirar leite de vaca, tudo de um animal eu conheço, logo sou formado em pecuária".

"Sou formado em hotelaria" - E essa é uma grande escola, porque no hotel se hospeda o ladrão, o assassino, o escroque, o homem de bem, a moça, o padre, o bispo, o político e assim se vai aprendendo a conviver com vários tipos de pessoas e isso é muito útil na vida."

"Sou formado no comércio" - Sei comprar e sei vender, sei como tratar um freguês, aumentar ou reduzir o preço, aproveitar a oportunidade para ganhar dinheiro.

“Sou formado em política” - E esta é outra grande escola de vida. Sei como conhecer o eleitor, agradá-lo na hora de pedir voto, pedir voto com humildade, fazer barganha, pois política não se ganha pela falação de comício.

Em 1915, tem início as suas atividades econômicas, ai mesmo na região em que nascera, começa como ambulante, em principio compra e vende tudo, mas o negócio de couro é o que tem maior expressão. “Quando a mercadoria adquirida não atingia o peso desejado, era adicionado mais sal até atingir as gramas necessárias”.(6) Ao deixar o exército, em 1924, retorna as suas atividades de ambulante. Compra de sociedade, com um amigo, um caminhão. Logo vendeu a sua parte para realizar um outro negócio que há muito desejava: a compra de um hotel em Natal - Hotel dos Leões. Era o ano de 1925. Tinha um certo pendor e relativa experiência, pois sua mãe explorava uma pensão em Santa Cruz. Ao cabo de 3 anos, os lucros permitiram-lhe adquirir um segundo hotel - Hotel Internacional e a seguir, um terceiro - Hotel Avenida e depois o Palace Hotel. Em 1934, fixa-se definitivamente no ramo com o arrendamento do “Grande Hotel”. Era dono de uma pequena rede hoteleira de 5 hotéis. Entre a compra de um e outro hotel realizavam-se paralelas atividades comerciais de compra e venda de tudo que fosse possível de ser comprado e vendido. Os ganhos já lhe davam uma certa estabilidade econômica.

O ano de 1930, um novo evento na sua saga econômica: faz-se, por 12 contos de réis, proprietário de 3.000 hectares de terra no município de Tangará - área de Caiçara, sua primeira fazenda. Em 1935 é que se transforma em fazendeiro, tornando produtiva aquela propriedade. começa com 3 moradores produzindo algodão. Neste ano funda a firma Theodorico Bezerra Indústria e Comércio e implanta a primeira usina de beneficiamento de algodão.

Em 1932, casa-se com D. Zilah Carvalho com quem tem um casal de filhos.

A hotelaria continua sendo negócio principal. O desdobramento para a agricultura é inicialmente visto como uma atividade paralela. A condição de fazendeiro não define uma nova opção econômica e sim uma forma de investir em bens que se auto-valorizam.

Isoladamente, a agricultura não garantiria grandes sucessos financeiros em virtudes das vulnerabilidades dessa atividade econômica, sempre acossada pelas instabilidade climáticas do Nordeste.

O peso das suas atividades era mesmo a hotelaria. O Grande Hotel foi a grande mina do Major no período da guerra. Foi o tempo de “vacas gordas” para os negócios de hotelaria e os desdobramentos agropecuários e industriais.

Pela proximidade do continente africano, onde estavam as forças aliadas, Natal tem uma posição estratégica muito importante, razão que se transformou em base de apoio dos americanos. (Tão importante foi este período que a população de Natal duplicou no decênio 1940 - 1950).

o Grande Hotel era o único estabelecimento do gênero que oferecia um mínimo de conforto aos que procuravam hospedagem. Os lucros se multiplicavam e com eles vinham os desdobramentos das atividades. Ao lado do hotel, funcionava um cassino cujas roletas não paravam noite e dia. Ainda era banqueiro de bicho.

A fatura ia se fazendo notar e com elas o prestígio nos círculos oficiais, onde a sua praticidade e habilidade em lidar com as pessoas de todos os escalões, credenciaram-no, como veremos oportunamente, para a política.

Os lucros da hotelaria são transferidos para a compra de novas propriedades, sendo o período de 1940 a 1946 - o de maior expansão das fronteiras internas da fazenda, onde cerca de 15 das 28 que compõem a atual Irapuru foram adquiridas nesse espaço de tempo.

A produção algodoeira do Nordeste recupera-se na crise mundial e Theodorico aproveita a oportunidade de tornar produtivo o latifúndio que já o formara. Em 1942, constrói o primeiro açude e já comprara algumas cabaças de gado. Ainda neste ano, implanta a feira de Irapuru. A implantação neste período elucida a racionalidade daquela medida, aparentemente, tão esdrúxula. Os anos quarenta foram relativamente férteis, produzindo boas safras de algodão. Era necessário fazer crescer a produção da mercadoria básica com o mínimo de custos como acontecia com o regime de parceria.

Com suficiente matéria prima para atender parte da demanda do Centro-Sul, seus lucros poderiam aumentar se a matéria-prima fosse transformada. E assim, surge a primeira usina de beneficiamento de algodão, ali mesmo em Irapuru.

A fortuna, que se consolidou no período da guerra, foi beneficiada nos anos pós-guerra, com a redemocratização na política. É bem verdade que antes da redemocratização de 1945, Theodorico aparecia discretamente no noticiário político sob a liderança do Cel. Ezequiel.

O sucesso econômico de Theodorico não pode ser exclusivamente explicada pela componente ideológica do "Self made man.", imagem que lhe insiste em fixar através do seu discurso, obscurecendo eventos de estratégica, como foram os anos da II Grande Guerra associada ao arrendamento do hotel do Estado e a militância política.

Essa ideologia do trabalho é desmistificada ao nível dos moradores, pelo menos por aqueles mais antigos que testemunham os fatos determinantes do sucesso dos negócios conforme se deduz deste comentário: **"o major diz que nós num tem nada porque num trabaia. O que ele tem muita é sorte, nasceu rico e é muito sabido. Veja a Sra. esses açudes. Foi tudo no tempo que ele era deputado federal. E não saiu um tostão do bolso dele"** (J. - morador 62 anos).

No comércio, hotelaria e política, ele admite ter aprendido lições com as pessoas que neles limitam. Nega, porém, que tenha aprendido algo com agricultor ou vaqueiro. **"São pessoas muito brucas, sem ambição, nem malícia. São uns ignorantes"**. Este juízo deixa claro que a aprendizagem a que ele se refere não diz respeito "ao fazer" da profissão e sim, aos mecanismos utilizados para dela tirar proveito. Aliás é uma constante do seu discurso: o julgamento do agricultor como uma pessoa ignorante, rústica, sem ambição, estado que não interessa mudar.

As suas múltiplas atividades, no comércio e na política, fizeram dele um semi-absenteísta, fazendeiro de fins de semana, os quais são aproveitados como trabalho e descanso. As cinco horas da manhã do domingo, já está de pé presidindo o fornecimento dos parceiros. **"O ato envolve 3 personagens: Fazendeiro, administrador e parceiro. o administrador faz a chamada. Enquanto o parceiro se desloca do banco, onde estava**

sentado, até o balcão, o fazendeiro diz: - **Venha logo, depressa, correndo, ligeiro, elétrico para não perder tempo**". É quase em refrão. - Fulano de tal; página tanto; do livro tal - Deve (ou tem saldo) x cruzeiro. Vê se confere? - Confere. - Quanto quer? - Cr\$ 500,00. - É muito, leva Cr\$ 300,00. - O Sr. é quem sabe.

Depois, na praça, no mercado, usa do alto falante para dar ordens gerais aproveitando a ocasião da feira. O autoritarismo caminha lado a lado com o paternalismo que se manifesta de variadas maneiras: no "modo-intimo" de tratar os moradores, no atendimento às reivindicações de necessidades pessoais, tais como fornecimento de remédios, roupas, concessões de um transporte para ir a uma festa, a um médico.

É comum ver-se em torno da mesa grande, sentarem-se moradores cuja fidelidade tem sobeja comprovação

A forma de tratar é realmente amistosa e, às vezes, até se reveste de brincadeiras, mas o morador mantém uma certa distância física e da linguagem. Mesmo aqueles que têm idade equivalente o tratam com linguagem cerimoniosa. Ninguém o chama de "você". É "Major" e o "Senhor". Não há revide às brincadeiras, nem discordância frontal às suas atitudes. uma observação em contrário que por o caso façam é precedida infalivelmente, por um "major" o senhor me desculpe eu lhe dizer"... Nunca o trato de igual para igual. Ninguém bebe na presença dele, mesmo que ele esteja bebendo. A menos que autorize. Só há um dia de autorização generalizada - o dia da festa da Padroeira. Nessa ocasião ele não impõe limite.

A sua posição econômica, social e política, coloca-o em um nível de consultor para os seus vizinhos, fazendeiros menores. Sua ajuda é solicitada, sobretudo, quando de uma pendência judiciária, o afastamento de uma pessoa que incomode ou seja ameaça potencial à segurança. Theodorico assume essas situações que, geralmente, redundam em prestígio para a sua pessoa e numa espécie de compromisso entre ele e a pessoa favorecida. Age com discricção evitando, tanto quanto possível que a pessoa prejudicada venha a saber da sua interferência. É a coerência com o princípio por ele defendido da necessidade da diplomacia. "Trata bem mesmo aqueles com quem não simpatizas. na vida é preciso diplomacia."

Theodorico Bezerra entra na política partidária, aos 43 anos, já com uma sólida fortuna e vasta extensão de terra, portanto carregando consigo todos os "fatores preponderantes" para merecer o título, situação que se reforça pelo momento histórico que traz de volta, à cena o prestígio dos coronéis, esmaecido no período do Estado Novo. E um coronel que emerge e se modela no trânsito do apogeu do novo coronelismo.

projeta o perfil de um "novo coronel" despido das características anteriores de truculência e jaguncismo. Vestindo uma roupa de corte mais ajustado ao figurino da época que transcorre. pacifismo, moradores desarmados, "colaboração" às instituições governamentais. Os novos ingredientes não descartaram o autoritarismo típico da política coronelista, embora suavize o seu autoritarismo pelas estratégicas práticas paternalistas que são meios de sustentação da liderança política no interior.

Ao instalar o partido social democrático - PSD no Rio Grande do Norte, Theodorico, insistentemente é procurado e solicitado. Comparece a primeira reunião preparatória de fundação da agremiação em 23 de maio de 1945. Dia "D" em que o Major punha sua assinatura no livro de atas.

Ingressava na política o militante e empresário dos negócios variados. Percebeu logo que a política possibilitava acesso fácil no trânsito do poder e do prestígio. Transformou-se para ele em "vício" e dela só pretende se afastar quando não mais tiver condições físicas para lutar.

O não líder político, inicia as demarches para a formação do PDS, em Santa Cruz e procura analisar sua posição em relação aos familiares.

Desponta o ano de 1946, o Presidente Dutra é eleito a 2 de dezembro, assumia a chefia da nação, fortalecendo o pessedismo nomeia o novo Interventor do Estado, o pessedista Ubaldo Bezerra, amigo do major.

O "Grande Hotel" retoma sua importância, recebendo no seu Salão Nobre as mais altas personalidades do mundo oficial.

Theodorico enfrenta o primeiro teste das urnas a 19 de janeiro de 1947, sendo eleito deputado estadual com 1947 votos, ao lado de João Bianor Bezerra com 2235 votos. Mais uma vitória era alcançada, e o major ia representar o seu povo na Assembléia Legislativa Estadual como membro da constituinte. O major aprendera e sempre repetia que "em política o feio é perder". Portanto, ao enfrentar uma campanha, o empenho tem que ser total e incondicional. Não existe política sem grandes gastos com o processo político, organizado de campanha, propaganda e sobretudo com o eleitor.

O primeiro projeto que apresenta é para a criação do Município de São José de Campestre e tem por objetivo cumprir uma das promessas da campanha eleitoral.

Em 25 de novembro de 1948, o major sentia-se feliz ao ver promulgada a nova Constituição do Estado, sendo ele um dos signatários.

O major sabia que todo líder político que pretende se afirmar numa região e planeja obter proteção no cenário estadual deverá vencer em sua própria terra, eleger o seu prefeito e a maioria da Câmara de Vereadores.

Marcadas as eleições para 21 de março de 1948, são acionados os mecanismos mais diversificados para atingir a vitória. Em 12 de dezembro de 1948, data festiva para o partido do major em Santa Cruz. Visitam a cidade o governador José Varella e altas autoridades, prestigiando as posses do prefeito Jácio Fiúza e seu vice Raul Bastos. Terminadas as festividades retornam a Natal os convidados. No distrito de Riacho (atual município de Tangará) encontra-se com o mensageiro, que dá a triste notícia do falecimento na capital do Estado do Senador João Câmara. Está de luto o P.S.D. do Rio Grande do Norte, pela perda do seu chefe e grande líder.

Reúne-se a Comissão Executiva do PSD em 28 de dezembro do mesmo ano na "Vila Potiguar" sob a presidência do governador José Varella, vice-presidente em exercício, e discute-se a escolha do substituto do Senador João Câmara. Proposto pelo senador Georgino Avelino, o nome de José Varella é aceito por unanimidade do partido. No livro de Atas do PSD consta o seguinte: "o governador José Varella se diz impossibilitado de desempenhar o contento e honrosa missão e se permitia apontar o deputado Theodorico Bezerra, sendo vivamente aplaudido por todos os participantes". Era a 41ª Sessão Ordinária da Comissão Executiva do Partido Majoritário.

A 3 de janeiro de 1949, Theodorico recebe das mãos de José Varella o comendo do PSD, posição que ocupou até 1964. A primeira missão do major era dar prosseguimento aos entendimentos para um acordo inter-partidário coma U.D.N., iniciados

pelo seu antecessor e Dinarte Mariz, tendo como objetivo maior, a sucessão governamental do ano seguinte.

Em fevereiro de 1949, na "Vila Potiguar", o major já participa em companhia de José Varella e José Arnaud nas conversações com os líderes Udenistas Dinarte Mariz, Aluzio Alves e o presidente da UDN José Augusto. A UDN, desejava uma "completa harmonia" na política do Estado.

A 29 de julho de 1950, Theodorico, reassume a presidência do partido em sessão realizada na residência do deputado José Arnaud. Esta atitude significa seu reengajamento na luta partidária.

A convenção do PSD realiza-se em 6 de agosto com a homologação das candidaturas a deputado federal resultante da aliança partidária para disputar o pleito de 3 de outubro. ?

Ao retomar a chefia partidária, Theodorico recebe promessa de apoio à sua candidatura a deputado federal. Correligionários e aliados asseguram votações que viriam fortalecer a posição do líder santacruzense no cenário político do Estado. Porém muitas promessas não se cumprem. O major compreende melhor os contratempos da política. Aliás, em relação aos votos prometidos e apurados, sempre dizem que se deve dar um desconto muito grande. E comenta, com a experiência de comerciante: "voto é mercadoria que quebra muito".(7)

Afinal de contas, tudo termina bem. Dix-Sept Rosado se elege o governador, e Theodorico conquistou sua cadeira na Câmara Federal. Eleito, o major se firma na chefia do partido. De líder municipal e regional, projeta-se sua influência política por todo o Rio Grande do Norte.

consolidada sua posição na região do Trairi, o major amplia sua área de influência pelos municípios mais próximos de Santa Cruz. E, em Santa Cruz seu irmão João Bianor candidata-se a prefeito. O calendário eleitoral de 1952 prevê eleições municipais para 7 de dezembro. O major arregimenta suas forças, para entrar no município de São Tomé, como candidato a prefeito, e enfrenta uma árdua campanha contra a tradicional liderança do Cel. Rainel Pereira. Nota-se que neste município o "coronel" e outro e concita-se e eleitor para valorizar o seu voto que não deve ser de "cabresto". Seguem-se propagandas cantadas durante a campanha. Uma delas antecipa a comemoração da vitória udenista (ver anexo).?

Theodorico Bezerra, perde a eleição de São Tomé e ganha uma experiência a mais. Para ele toda derrota em política tem uma explicação: "diz que desejava apenas, fortalecer uma oposição a Rainel Pereira, e com isto fixar sua liderança em São Tomé".(8)

Quanto às eleições de Santa Cruz, o major previa com segurança a vitória do candidato pessedista João Bianor Bezerra. Confirmada a previsão, era derrotado mais uma vez o Sr. Antônio Ferreira de Souza por maioria de 960 votos do candidato pessedista.

Na política não há trégua. Termina uma campanha eleitoral e já se prepara a seguinte, através dos contatos de bastidores. Selado acordo político, o major vai trabalhar pela sua reeleição à Câmara dos Deputados, saindo mais uma vez vitoriosa com votação superior em relação à eleição anterior.

Dinarte Mariz e Theodorico Bezerra juntos, representavam uma forte aliança do coronelismo naquele ano eleitoral. Divulgam-se os resultados do pleito parlamentar e

Theodorico é reeleito deputado federal, renovando seu mandato por mais quatro anos. Dinarte Mariz, realiza o sonho de assumir uma cadeira no antigo "Palácio Monroe". Ao mesmo tempo, no plano federal discute-se a sucessão presidencial. Theodorico mantém uma posição firme e decidida com a candidatura de Juscelino Kubitschek.

Em 1951 o governador mineiro conquista as simpatias do PSD Potiguar quando de sua participação da convenção do partido em Natal, ocasião em que recebia apoteótica manifestação popular após proferir vibrante oração cívica. Juscelino mantinha excelente relacionamento com Theodorico. Os pedidos do major sempre recebiam a melhor acolhida do correligionário.

O Diretório Regional do PSD, em votação secreta, indica Theodorico Bezerra e Georgino Avelino, delegados da agremiação à Convenção Nacional do Partido para a escolha dos candidatos à sucessão presidencial, realizada no Rio de Janeiro a 10 de Junho. Levaram o apoio unânime do partido a candidatura vitoriosa de Juscelino e Jango. Tanto na convenção, como nas urnas em 3 de outubro do mesmo ano.

O major dedica especial interesse à sucessão presidencial e prepara uma festiva recepção a Juscelino Kubitschek. Pela primeira vez, Santa Cruz recebe um candidato a presidente da República. Theodorico prepara a pista de pouso da fazenda Irapuru. É um dia de festa para a cidade e uma das maiores emoções da vida política do major. De Irapuru, a 20 Km da sede do município, seguem em carro aberto, Juscelino Kubitschek acompanhado do major e do prefeito João Bianor. Aplaudidos nas margens da estrada e recebidos na estrada de Santa Cruz como a maior manifestação popular de todos os tempos.

No agitado ano eleitoral de 1955, o major realiza um velho sonho dos dirigentes pessedistas, instalar um jornal - o "jornal do comércio", cujo primeiro número vai às ruas no dia 25 de agosto, sob a responsabilidade do Senador Giorgino Avelino. Na primeira edição conta com a colaboração de Câmara Cascudo, Edigar Barbosa; Juscelino Kubitschek e outros. Veículo das idéias pessedistas, entra num momento de luta acirrada de campanha sucessória para governo do estado. Os ataques pessoais exaltam os ânimos das facções divergentes.

Processadas as eleições, vencem Dinarte Mariz e José Varella para o governo estadual. o major sempre estivera ao lado dos governos e declara que, "se não se consegue alguma coisa com o governo, na oposição é que nada se obtém".(9) No entanto, se encontrava em franca oposição.

Para equilíbrio, contava com o apoio do governo federal, para diminuir as desvantagens de lutar contra o governo estadual. Juscelino prestigia, o PSD nomeando os chefes de repartições federais do Rio Grande do Norte, indicados pelos líderes do partido. Os dirigente pessedistas desejavam e esperavam que o governo federal hostilizasse Dinarte Mariz. Porém, Juscelino tentava conciliar os correligionários potiguares com os cargos federais, demonstrando prestígio a Theodorico, mantendo no entanto, um bom relacionamento com o governador udenista.

Aproximam-se as eleições municipais e durante a campanha eleitoral de 1957, o governo estadual interfere de forma ostensiva no sentido de derrotar o PSD.

Em 5 de janeiro de 1958, realizam-se as eleições municipais. O PSD vence na maioria dos municípios, e Theodorico elege os seus candidatos José Ferreira e João Batista de Medeiros, prefeito e vice-prefeito de Santa Cruz com maioria de 479 votos com 4.077 votantes. Pela terceira vez consecutiva, era vitorioso em sua terra.

Durante a campanha iniciava-se um processo eleitoral com as eleições parlamentares previstas para 3 de outubro de 1958. A luta eleitoral trava-se de forma radical. O governo lança toda sua força para derrotar os oposicionistas. Há referência de violência policial em vários pontos do Estado. Ao mesmo tempo, Dinarte Mariz move a mais violenta campanha contra Theodorico Bezerra e outros dirigentes pessedistas, acusando-os de envolvimento em escândalos ocorridos em repartições federais. O chamado escândalo do DNOCS.

O ambiente político era de tensão. Os ânimos exaltados preocupavam aqueles que pelo bom senso apelavam aos grupos em luta. Através do seu presidente Theodorico Bezerra, o PSD apela para o Tribunal Superior Eleitoral. Assim, a política interrompia uma amizade entre Dinarte Mariz e Theodorico.

Publicam-se os resultados das apurações do pleito de 3 de outubro. O candidato governista Dix-huit Rosado é eleito senador, tendo como suplente o Dr. José Bezerra de Araújo. O major é eleito deputado federal pela terceira vez consecutiva, ao lado de Jesse Freire pela legenda pessedista. A UDN faz três deputados federais, e os partidos menores, PTB e PSB aliados do PSD elegeram dois. Assim, a aliança oposicionista tem quatro deputados federais contra três governistas.

É sensível o gradativo enfraquecimento do PSD pela ação ostensiva permanente do governo Dinarte Mariz.

Em 1959, novos desentendimentos provocam afastamentos; e o major já se preocupa com a sucessão estadual de 1960.

No início de 1959, agrava-se o estado de saúde do senador Georgino Avelino, que veio a falecer a 4 de abril. Com o desaparecimento do líder pessedista e grande amigo de Theodorico, o PSD sobre um abalo comparável ao ocorrido com o falecimento de João Câmara a 10 anos atrás.

O partido apresenta grandes problemas internos. Há divergência da bancada estadual da Assembléia legislativa em relação à Reforma do Regimento Interno. Eram cada vez maiores as responsabilidades de Theodorico à frente do PSD.

Em março de 1960, Theodorico reúne o Diretório Regional do PSD, onde é decidido pela maioria, a deliberada candidatura de Theodorico para governador e Monsenhor Walfredo Gurgel para vice-governador.

Em nova sessão do Diretório pessedista decide-se pelo registro das candidaturas com a apresentação de nomes que convenham aos interesses partidários. Eram os primeiros sinais concretos da aliança com a dissidência udenista liderada por Aluizio Alves.

Após 15 dias do registro, estava fixada a candidatura de Aluizio Alves, substituindo mais uma vez o PSD vai apoiar um udenista para o governo do Estado, indicando o vice-governador.

Em Santa Cruz, unem-se as famílias Ferreira de Souza e Bezerra, participando da campanha sucessória ao lado de Aluizio Alves - Inicia-se o aluizismo no Rio Grande do Norte. Surge na política potiguar um processo radical de bipolarização das correntes eleitorais. Onde o Dinartismo X Aluizismo predominavam sobre todas as outras lideranças novas e antigas. "Surtem as bandeiras coloridas. Mãos erguidas em gestos simbólicos. Hinos e slogans. Era uma nova fase na política do Rio Grande do Norte".(10)

O major vê passar mais uma oportunidade de disputar o governo. Ao vê aproxima-se o final do mandato do seu amigo Juscelino na presidência da República. A “vassoura” janista ameaça derrotar o pessedismo nacional.

Concluídas as apurações do pleito eleitoral de 1960. São vitoriosos Aluizio e Walfredo Gurgel para governo do Estado. E para presidente da República vence Jânio Quadros, tendo como vice-presidente João Goulart, companheiro da chapa do General Lott.

A 31 de janeiro de 1961, inicia-se a administração de Aluizio Alves. Theodorico é prestigiado pelo novo governo com a indicação do seu filho. O engenheiro Kleber Bezerra para a direção do Departamento de Viação e obras públicas; e para seu sobrinho Aluizio Bezerra à Secretaria do Interior e Justiça. Posteriormente, Aluizio Bezerra é convocado para assumir a liderança do Governo na Assembléia Legislativa. Ainda, no primeiro ano do governo de Aluizio Alves em 30 de maio, o Diretório Regional do PSD reelege Theodorico para um novo mandato na presidência da agremiação, com 19 votos a favor, e quatro contrários à recondução.

Vivem-se instantes de expectativas diante da crise político-militar. Voltam as atenções parlamentares de 1962. É um período de calmaria.

No período pós 60, o major Theodorico sofre a sua primeira derrota eleitoral após 17 anos de vida pública, para o senado em 1962, tendo desistido de disputar votos para deputado estadual, cuja eleição seria fácil. Fica sem mandato. “A política é assim mesmo. Sucessos, derrotas, alegrias, tristezas e decepções. A política é como a própria vida do homem em qualquer outra atividade, o mais, é encontrar explicações para as previsões do inesperado”, (11).

Durante a campanha eleitoral, Theodorico inaugura uma estação rádio em Natal. A “Rádio Trairi”. Ainda em 1962, o major toma conhecimento através de um amigo residente em São Paulo, sobre uma matéria publicada pela revista TIME em 18 de maio, cujas repercussões chegara ao Rio Grande do Norte.

Proclamados os eleitos no pleito parlamentar de 1962, Theodorico sente a amargura de sua primeira derrota como candidato.

Em 14 de janeiro de 1963, o Monsenhor Walfredo Gurgel renuncia ao cargo de vice-governador, para assumir o cargo de senador em Brasília. No dia seguinte, o deputado Garibaldi Alves convoca eleição para o dia 17 do mesmo mês, de acordo com o artigo 4º, parágrafo 37 da constituição reformada. O resultado foi o seguinte: Theodorico obteve 24 votos; Paulo Luz 05 votos, e em branco 03 votos. O presidente em exercício Garibaldi Alves, declara eleito Theodorico Bezerra. No dia 29 de janeiro de 1963, ele toma posse no cargo de vice-governador, e assume a presidência da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Vinte e três dias após sua posse na vice-governança, o major se reanima e se diz disposto a enfrentar a luta pelo governo do Estado. No mesmo ano, realizam-se eleições municipais no interior. Em Santa Cruz, uma “frente renovadora” anônima lança uma advertência ao povo acusando Theodorico e outros pelo descanso em relação aos problemas do município. Mesmo assim, Theodorico vence as eleições municipais. Em Santa Cruz apoia o agrônomo Clodoval Medeiros para Prefeito.

Theodorico luta como pode, com os instrumentos de que dispõe para atingir o desejo de todo político: o de governar sua terra.

A candidatura do Monsenhor Walfredo Gurgel ao governo do Estado, é lançado pelo PTB. Theodorico, transtornado, não passa bem ao ler a carta do correligionário. Pois, o major não acreditava diante do compromisso anteriormente assumido com o Monsenhor. Em 29 de Junho, finalmente é anunciado a renúncia irrevogável da candidatura de Theodorico Bezerra ao cargo de governador, por unanimidade do Diretório Estadual do PSD. Na mesma ocasião eram indicados e aceitos, unanimemente; os nomes de Walfredo Gurgel e Clóvis Motta, para governador e vice-governador respectivamente.

Apurados os votos, são proclamados eleitos: Walfredo Gurgel e Clóvis Motta, derrotando a chapa constituída por Dinarte Mariz e Tarcsio Maia por 27.550 votos de maioria.

O PSD do Rio Grande do Norte, teve a última sessão do Diretório Regional realizada em 29 de setembro de 1965, presidida pelo vice-governador Theodorico Bezerra.

No final de janeiro de 1966, Theodorico encerra seu período de vice-governador. Fica sem mandato, e sem comando de um partido. Acumulara uma experiência de vinte anos de militância no PSD; dos quais, quinze anos e dez meses na presidência. Além de um mandato de deputado estadual, doze anos de deputado federal e três anos de Vice-governador.

Tio e sobrinho vão disputar votos para reconquistar um mandato no congresso Nacional, na mesma região onde durante tantos anos caminharam juntos, cada um querendo demonstrar perante o eleitorado, qual a maior força popular. Processam-se as eleições tendo o major obtido 21.539 votos e o sobrinho Aluizio Bezerra 17.799 votos. Ambos foram eleitos, porém, em Santa Cruz, Theodorico perdera bastante terreno de sua liderança, constatada pela pequena votação obtida. Muito inferior a de Aluizio Bezerra.

Theodorico retorna a Brasília em 1967, assumindo uma cadeira no Congresso Nacional, após quatro anos de permanência no Rio Grande do Norte. E encontra uma nova situação - A Revolução revigorada pelo A. I. nº 2. No exercício do novo mandato de deputado federal, "Theodorico já entendera em 1967, que os novos tempos surgidos após a Revolução de 1964, colocavam os políticos em terceiro plano da hierarquia do poder. Dominavam os militares acoletados pelos tecnocratas".(12)

Das eleições realizadas em 87 municípios, Theodorico, participara em mais de 30, ajudando candidatos que o apoiaram para deputado federal. Vencera apenas em 8 municípios. Era o processo natural de declínio que ocorre na vida de todos os políticos.

A partir de 13 de dezembro de 1968, reinicia-se a implantação de um clima de insegurança da classe política brasileira. No Rio Grande do Norte, implanta-se o terror da delação. Calúnias, intrigas, ameaças de prisão, boatos de novas cassações de mandatos, C.G.Is, inquéritos, libelos, intimações para depoimento, e tudo quanto caracteriza o arbítrio.

Após as cassações de Aluizio Alves e outros políticos, aumentam as apreensões de Theodorico. Este recebe a primeira notificação para prestar depoimento. Foi uma página triste, de uma fase negra na vida pública do Rio Grande do Norte. Theodorico é preso e recolhido à Base Naval de Natal, onde permanece 42 dias. Tendo dois soldados a porta do seu quarto. Lembrando que Theodorico era deputado federal do partido do governo.

Em 1970, Theodorico se apresenta como candidato à reeleição a Câmara do Deputados, e tem sua candidatura impugnada pela justiça. Este recorre ao Tribunal Superior Eleitoral. No final de setembro tem ganho a causa.

Realizadas as eleições parlamentares de 15 de novembro. As apurações trazem um resultado desolador para o major. Este obtém 18.722 votos mas, não consegue se eleger. Fica na segunda suplência da ARENA. Derrotado e sem mandato. Theodorico sofre novo golpe violento. A doença incurável que acomete a sua mulher. "Esposa dedicada, bem casados. Theodorico declara: foi a maior dor de sua vida".(13)

Theodorico persistia firme e obstinado na sua decisão de jamais abandonar a política, e arremessar suas forças para uma nova disputa eleitoral.

Sem mandato em 1972, o major admitira disputar a prefeitura de Tangará, porém, desistiu.

Em 1973, inicia suas atividades para reabilitar-se da derrota eleitoral de 1970. E pretende reconquistar um mandato de deputado. Primeiramente, promove uma novena dirigida por Frei Damião na fazenda Irapuru com a fluência de milhares de fiéis da região do Trairi. O segundo plano executado, é a realização de uma vaquejada em Santa Cruz do Inharé, com seu próprio gado. O lucro da promoção foi destinado aos cegos da cidade. Estava definida sua candidatura a deputado estadual. O major é vitorioso, obtém 9.111 votos na legenda da ARENA. Seu nome fora sufragado em 115, dos 150 municípios do Rio Grande do Norte.

Retorna a Assembléia Legislativa, o velho e experiente político Theodorico Bezerra. Ele é o mais idoso dos deputados estaduais eleitos. A vitória foi um novo estímulo para continuar lutando, e um lenitivo pelos sofrimentos. O major, já se preparava a reeleição de 1978, e mantinha acesa a chama de sua presença.

No final de agosto, já famoso de acontecimentos fatídicos e trágicos para a política nacional, falece o ex-presidente Juscelino, vítima de desastre automobilístico em viagem de São Paulo para o Rio de Janeiro. Theodorico é escolhido pela ARENA para falar na sessão solene da Assembléia do Estado em homenagem ao ex-presidente. ?

Theodorico se prepara para o pleito eleitoral de 15 de novembro de 1978, quando disputará sua recondução à uma cadeira na Assembléia Legislativa. O major prossegue na busca do novo mandato a deputado estadual, explorando o saudosismo sentimental do eleitorado.

Quando em 1948, no segundo ano de funcionamento da Assembléia Legislativa, após a Redemocratização de 1945. O major ganhou as primeiras eleições para prefeito, em todos os municípios que lutou para criar, e recebeu vários títulos honoríficos de cidadania.

Theodorico quando ingressou na política militante, e até assumir o seu primeiro mandato de deputado estadual. O Rio Grande Do Norte possuía 43 municípios. Dos 107 municípios criados de 1948 a 1963, Theodorico contribuiu para a criação de 25. Mais do que todos os políticos de todos os partidos.

Theodorico recebe convite para ser entrevistado pela TV-Globo, para o programa "o Globo Repórter". Tudo seria filmado em Natal e em Irapuru.

Vem a equipe de televisão e durante cinco dias do ano eleitoral de 1978. Theodorico recebe o título de major: "Imperador do Sertão". Retrata um dos raros sobreviventes do coronelismo nordestino.

Quando o programa ia ser levado ao ar Theodorico mandava divulgar através da Rádio Trairi, de sua propriedade e dos outros órgãos da imprensa potiguar, além dos repetidos anúncios da TV- Globo. No entanto, a Lei Falcão, impedia que o programa

“Globo Repórter” fosse transmitido para o Rio Grande do Norte. Pois, Theodorico era candidato a deputado estadual e seria uma propaganda proibida.

Theodorico viajou para Recife, onde foi assistir o programa acompanhado dos filhos. Em seguida, consegue uma cópia do filme junto a TV - Globo. Comprou uma máquina de projeção, mandou treinar seu motorista, “operador de câmara” e saiu mostrando aos seus eleitores o programa proibido. Antes de cada comício do major, era passado o filme. No intervalo, o major subia ao palanque e conversava com o povo pedindo o voto, e prometendo continuar lutando para defender as reivindicações populares junto ao Governo, e na Assembléia.

Após a apuração do pleito de 25 de novembro, Theodorico sai vitorioso com 11.470 votos obtidos em 112 dos 150 municípios do Rio Grande do Norte. No mesmo ano, o major manda construir um cinema na fazenda Irapuru, onde periodicamente exhibe o único filme permanentemente em cartaz: “O Imperador do Sertão”.

Em 1979, o “Imperador do Sertão” reinicia um novo mandato de deputado estadual. Aposentado pelo INPS e pensionista do Instituto de Previdência dos Congressistas. Theodorico, não se “aposenta” do trabalho. Com a chegada do ano novo de 1980, o major já começa a se preparar para a disputa do seu último mandato eletivo nas eleições de 1982. Theodorico repete que jamais deixará a política, apenas não disputará votos para se eleger. A não ser os da próxima eleição. Pretende estimular o ingresso do seu neto que tem seu nome. Já o colocou no Palácio do Governo para trabalhar no Gabinete Civil e, examinar a possibilidade de torná-lo candidato a prefeitura de Tangará. Será a primeira disputa e ele espera ser uma vitória tranquila. O neto, é eleito em 1988 prefeito de Tangará.

Theodorico falece em 05 de setembro de 1994, com 91 anos de idade e mais de um século de vida pública.

Um ano depois de morto o “major” Theodorico Bezerra, seus herdeiros mantêm a tradição de reunirem os moradores da fazenda Irapuru em torno de eventos importantes, como a dos 50 anos de fundação da Igreja de Santa Luzia, encravada na sede da propriedade de 14 mil hectares e que abrange terra dos municípios de Tangará, Santa Cruz e São José do Campestre, na região do Trairi.

A memória do último coronel do Sertão, Theodorico Bezerra, é preservada pelas mais de 840 fotos que mostram sua participação em mais de 50 anos de vida pública no Rio Grande do Norte. Outras centenas de objetos estão em exposição na casa principal da fazenda Irapuru, coisas que o “major” trazia de suas andanças pelo interior: Chapéus de vários tipos e formas, artesanatos, fotos com Indígenas do Caribe, árabes do Egito e vestimentas típicas de alguns locais por onde passou.

Num antigo armazém de algodão, ao lado da casa principal, Kleber e a sua irmã Sânzia, colocaram nas paredes a maioria das fotos, antes expostas no alpendre, em que o cacique do velho PSD pousava ao lado de políticos como Getúlio Vargas, Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek e outros de renome nacional, ao tempo que foi deputado federal, quando o Rio de Janeiro era Capital Federal.

Ao lado dele também aparecem políticos famoso do Rio Grande do Norte, José Varela, Georgino Avelino, João Câmara, Alutizio Alves, Dix-Sept Rosado, Dix-Huit Rosado, sem falar nos mais novos.

No acervo do “majó”, ainda existe coleções de moedas e cédulas do Brasil e de vários países, discos 48 rotações, alguns de músicas de campanha eleitoral dos anos 50,

de autoria dos músicos Roberto Net e Guaraci Picado. Objetos de uso pessoal, como gravatas, ficam no apartamento de dois andares, construído quando estava vivo. "Lá ele recebia as pessoas que queriam um 'particular', como se diz no interior", diz Kleber Bezerra.

3.2 coronelismo na região do Trairi

Como sabemos o poder econômico sempre está estreitamente ligado ao poder político. O domínio das oligarquias, e dos vários grupos de latifundiários disputavam acirradamente o controle de suas regiões. E o fazendeiro mais rico geralmente sobrepujava os demais, influenciando na eleição de políticos fiéis a ele. Assim, conseguia obter mais riqueza e poder, às custas do dinheiro público, introduzia melhorias em suas terras (estrada, eletrificação, açudes, entre outras).

para alcançar essa posição, era preciso manter numerosos seguidores, isto é, clientes que viviam do favor deste fazendeiro. Afinal, a concentração da terra e a produção em larga escala para o exterior geravam desemprego, fome, miséria e marginalidade, criando um grande contingente de pessoas cuja única saída era servir algum fazendeiro rico. Quanto maior o número de clientes (moradores), mais forte o latifundiário. Na região do Trairi a fazenda Irapuru do major Theodorico Bezerra, tem uma área de 14.000 ha. As terras ficam encravadas em três municípios: São José de Campestre, Tangará e Santa Cruz, todos na microregião Borborema Potiguar. É banhada por dois rios - Jacu e Trairi, que permitem pequenos represamentos.

O prestígio de um coronel se consolida pela bem dosada combinação dos seguintes elementos: terras, subordinação de agrupamentos sociais, bens de fortuna e poder político, este dimensionado pelo número de votos de que possa dispor. É, pois, através do mecanismo político de controle de votos que o coronelismo é amplamente apreendido.

No campo, a classe proprietária monta, um esquema, paternalista aonde, por um lado, não se vale de um aparelho repressivo para o controle da situação local, pois, a debilidade econômica do morador é suficiente para mantê-lo dependente, submisso e leal: "nunca fui em porta de delegacia, nem ouvi a palavra esteja preso".(14) Pelo outro, através do sistema religioso, cria uma explicação (ideológica) para a realidade. O paternalismo religioso é assim, outro item a ser registrado no conjunto das práticas coronelísticas. pessoalmente cético, acredita na religião como freio para o povo. Dessa convicção derivam as condições de prática religiosa na Fazenda. Incita o povo a rezar, a ser humilde e temente a Deus.

Durante as companhas eleitorais Theodorico Bezerra fazia propaganda ao lado de Frei Damião, velho e estimado missionário capuchinho, de nacionalidade Italiana, há anos ligado ao Nordeste brasileiro, sempre constou dos impressos divulgados na zona do Trairi e adjacências, e até mesmo na capital do Estado. "Frei Damião aconselha, votai, pois, no partido Social Democrático, nas próximas eleições, que é o Partido do Governo, e se norteia nos sagrados princípios da Religião Católica, da família organizada e da Pátria estremecida".(15) - ver a documentação fotográfica.

O alistamento (ou revisão) eleitoral era, o primeiro recurso por meio do qual se afastava o eleitorado oposicionista da disputa municipal; ou seja, através da não - inscrição eleitoral dos opositores eliminava-se o grupo adversário. Conseguindo a oposição inscrever os seus seguidores e existindo a possibilidade de disputa entre as duas facções, apelava-se para a fraude "bico de pena". Como ambas as facções confeccionavam as atas e não sendo este recurso um meio de obter a vitória segura na eleição, recorria-se a outro método: a violência, pois o anterior estava superado. Enfim "nas lutas políticas quando os partidos se degladiam no acêso das eleições, "o coronel" sertanejo lança mão de todos os meios para evitar a subida do partido contrário".(16) Pois "da política, só é feio perder, perder é feio".(17) Assim, os coronéis valiam-se das armas para expulsar das urnas os eleitores das facção contrária. No confronto, as mortes. Dependendo de quem, sobrevinha a vingança pessoal ou a familiar. Posteriormente, as lutas de famílias: "tenho dois filhos que, apesar de não serem criminosos e nem assassinos mesmo assim, já juraram na cruz de Deus, que se eu for assassinado em qualquer parte do Rio Grande do Norte, eles não deixarão pedras sobre pedras dos Pereiras..."(18)

Durante todo o período de 45 a 55 a Região do Trairi, foi controlada pelo major Theodorico Bezerra: proprietário da fazenda Irapuru (14.000 hectares que abrange três municípios: Santa Cruz, Tangará e São José do Campestre), aonde localizavam-se as suas propriedades: "como todos os velhos chefes do sertão, sua riqueza era a terra".(19) Segundo a fonte oral, "o dinheiro era pouco. Esses homens tinham terras, mas o dinheiro era pouco".(20)

A organização sócio-econômica do país estava polarizado, num extremo, as oligarquias com origem baseada na grande propriedade territorial e noutro, a grande massa de desprovidos, onde as oligarquias bloqueava as oportunidades destes, mantendo-os alienados, através dos laços de dependência a que estavam submetidos.(21)

Os assalariados residentes na Fazenda Irapuru dividem-se em permanentes e temporários. Os primeiros são: administrador, vaqueiro, tratoristas, maestro da banda de música, governanta, cozinheiro e motorista. Os assalariados temporários são constituídos pelos "moradores", parceiros ou não.

A maneira, como ele encara o voto em geral, e o voto do seu morador são distintas. Não enxerga o voto como a expressão de uma consciência política, um instrumento de ordem democrática que traduz a vontade do povo na escolha dos representantes. isto é teoria que não enche uma. "Encara-se sim, como elemento de barganha do eleitor, daí achar perfeitamente compreensível que ele o venda a quem lhe oferecer mais vantagens".(**)

O voto do seu morador já não considera mercadoria tão livre no mercado eleitoral, porque existe um elo de dependência que o obriga a lhe dar o voto. Não se trata de uma obrigação natural e espontânea, mais antes, de um compromisso formal estabelecido no momento em que o eleitor em potência se candidata a morador de suas terras. Além de esta explicito em "NOSSAS CONDIÇÕES" (ver documentação anexa) a obrigatoriedade de ser eleitor no período de eleição, toma todas as cautelas para que não haja trãnsfugas. Tudo é válido. Ameaças, suborno, pedido humilde, favores, traições, tudo conquanto que as urnas lhe assegurem vitória. Para os moradores diz sem rodeios: "Eu dou tudo a vocês; a terra para trabalhar, direito a fazer vazantes, sem cobrar meação, escola para os filhos, vaca para o leite, peixe dos rios e açudes, casa para morar, remédio se adoecem, transporte, trabalho tudo. E vocês, o que tem pra me dar? Nada, não tem cavalo, carro ou dinheiro para me

emprestar, só tem o voto que é coisa que peço. Se não me querem dar, também não os quero nas minhas terras. O Brasil é muito grande, do Acre ao Rio Grande do Sul tem terras para vocês trabalharem".(22)

A traição de um morador nas urnas não merece perdão. A expulsão das terras nesses casos, se faz de imediato e não tem apenas o efeito disciplinar para servir de exemplo. É por questão de princípios que o expulsa, pois, na verdade, considera o voto do morador uma obrigação e dever de gratidão.

Certa vez, pôs fora de sua propriedade um morador que já vivia na Fazenda há 40 anos. Considerava-o uma pessoa boa, honesta, que merecia toda a sua confiança. No período de eleições, levado por sua esposa (do morador) o traiu. Admite que o candidato que apresentou era ruim (pessoa má), mas não competia ao morador julgar as qualidades do candidato por ele apontado. A sua obrigação é votar em quem ele indicasse. Se ele mesmo apoiava um candidato que achava ruim, só para atender o pedido do governador, porque um morador que lhe devia tanto favor não voltaria?

É o processo do voto de cabresto que perdura e reproduz as condições de dominação econômica e política. No caso, está implícito na descrição do fato e no conceito de que gozava o morador, que se tratava de alguém capaz de votar conscientemente, com discernimento suficiente para escolher entre os candidatos apresentados o que julgasse melhor. O seu ensaio de independência, mal esboçada, foi punido. A "inviolabilidade" do voto foi quebrada pelo mecanismo do controle interno da fazenda.

Desde que admite o voto como mercadoria, acha o dinheiro fundamental numa campanha política, a única coisa feia é perder, pode-se imaginar o custo de suas campanhas. Mas o dinheiro sozinho, sem a técnica de aliciar, não resolve tudo, é necessário que os dois se completem. A técnica que considera realmente eficiente, quando em contato com o eleitor, é a do 'cochicho', isto é, pedir voto de porta em porta, diretamente, se possível. É preciso também fazer o apelo emocional de acordo com a situação do eleitor. Às mães não são muito vulneráveis às promessas do médico, remédio, hospital para um filho doente. É importante o elogio demagógico, como achar 'engraçadinha' uma criança notoriamente feia. Mais importante ainda é ter na ocasião os meios para atender uma necessidade na hora em que ela é apresentada; o dinheiro para um remédio, um vestido para a garotinha, ou a ordem para vi apanhar uma passagem, entre outras. Este é o método que ele usa e no qual acredita. "O comício é o enfeite, o babado, a fita, o bico, a renda no vestido da mulher. Torna-o mais bonito, mais atraente, mas não é isto que veste de fato a mulher. Não decide nas urnas sem o trabalho persuasivo anterior, do contato face a face com o eleitor".(23)

Portanto, as práticas coronelistas assim concebido, funciona dentro de um mecanismo de estímulo-resposta, na qual os agentes se encontram em níveis econômicos, políticos e sociais diferentes. A relação dominação / subordinação é amortecido por um conjunto de ações e verbalizações de cunho protetor assistencialista que tendem a descaracterizar, ao nível da ideologia, a exploração existente.

3.3 - alistamento eleitoral

O passo inicial, era requerer o título à comissão de alistamento eleitoral do local de residência do solicitante - o município. São eleitores do Estado os mesmos cidadãos alistados para as eleições federais. Neste procedimento de inscrição (ou de revisão) eleitoral, instalava-se o primeiro mecanismo para o controle do processo eleitoral e a obtenção dos resultados eficientes, pois "só eram aceitos os pedidos de eleitores que pertencessem ao grupo que detinha a situação local". Aí, o poder judiciário auxiliava os coronéis na manipulação do voto.

Portanto, o alistamento eleitoral, era o primeiro recurso para se obter o resultado eleitoral e manipular a eleição local. Pois, no alistamento (ou revisão) eleitoral serviu para excluir aqueles cidadãos não identificados com a política local dominante.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, "os trabalhadores rurais... não constituíam a massa do eleitorado".(24) Este, conforme esta autora, era "formado por sitiantes mais abastados nas zonas rurais; pelos pequenos funcionários, artesãos, vendeiros, nos pequenos núcleos e vilarejos".(25) Maria de Lourdes Janotti, por sua vez, diz: "os sitiantes, tradicionalmente homens livres, pequenos proprietários, punham a maior parte do eleitorado rural".(26)

Durante as eleições, os eleitores sempre acompanhavam os candidatos impostos pelo proprietário da fazenda. E dizia: "nós éramos morador e não podia acompanhar outro, nós era para acompanhar ele no partido dele, nós votava com o candidato dele".(27) Torna-se, pois, o voto do morador uma expressão política que tinha fundamento na relação econômica entre o trabalhador rural e o proprietário das terras.

Portanto, a concepção teórica de que, "o voto adquire importância como valor de troca",(28) não fundamenta no real, pois, na Fazenda Irapuru, Estado do Rio Grande do Norte, "O morador não se entusiasma facilmente pela luta política, entrando nela para cumprimento de um dever: Votar. "Eu morava na terra dele, era meu patrão. Sendo morador dele tinha é que votar era com ele... ele era proprietário e era chefe. Todo morador só votava com ele".(29) Assim, o voto expressava um ato de lealdade do morador para com o proprietário. Dessa forma, o controle do votante na Fazenda do Irapuru era total. Portanto, nem existia a compra do voto, nem os votantes chegavam a gozar de um poder de barganha.

Percebe-se, através da fonte oral, o clima desfavorável para o mercado eleitoral na fazenda Irapuru, mas já nos municípios se observa a presença do cabo - eleitoral e início da barganha eleitoral. Passando a campanha eleitoral exigir altos investimentos.

No período de 45 a 55, rompeu-se o voto de lealdade a ser criado um intermediário (o cabo eleitoral) entre o votante e o chefe político: "concita-se o eleitor para valorizar o seu voto que não deve ser de "cabresto",(30) pois "o PDS, dessa feita, orientado pelo deputado Theodorico Bezerra, vem adotando o sistema de contato pessoal com o eleitor,

isso porque, o Deputado Theodorico Bezerra não julga o eleitor de São Tomé como seu empregado que tenha obrigação de atendê-lo somente por um recado”,(31) pois, antes, “ele mandava avisar por qualquer pessoa que tal dia tem eleição, venha votar.”(32)

A mudança da causa determinante do voto do trabalhador rural levou a derrota eleitoral do “mito José Augusto”, na década de 1950: “o voto é mercadoria e esta não posso representar”.(33) Em carta a Nilo Pereira, em novembro de 1954 disse: “a democracia, mesmo no Brasil (o fenômeno é universal, deixou de ser liberal para ser econômica ou comercial. Voto hoje não é expressão de civismo, mais uma mercadoria sujeita as oscilações do mercado”.(34) Escrevendo a J. Lins do Rego, reconheceu: “o que existiu como uma vergonha foi a presença do dinheiro a se impor como expressão das urnas”.(35) O jornal *Tribuna do Norte*, em seu editorial **o mercado eleitoral** de 1954, publicou: “A principio tinha-se notícia de uma ou outra paga em troca de determinado sufrágio. Depois o que era exceção passou a ser regra geral. Hoje, poucos são os eleitores que votam sem remuneração alguma”.(36)

Diante da nova realidade das disputas eleitorais, Juvenal Lamartine, “mito político seridoense” da vida partidária antes de 1930, sentenciou: “passou a época dos eleitores de cabresto, tangidos como rebanho inconscientes do seu dever”.(37) Porém isto não quer dizer que, nos dias atuais tenha deixado de existir o voto de lealdade, pois “A **caderneta do morador**”, da fazenda Irapuru (com 14.000 hectares encravadas em três municípios: Santa Cruz, Tangará e São José do Campestre), do major Theodorico Bezerra, prova a continuidade da relação política do morador com o proprietário da terra - ver documentação fotográfica sobre esta caderneta. Na realidade deixou o voto de lealdade ser dominante no corpo do eleitorado: “o voto de cabresto, predominante na Primeira República e mesmo depois da Revolução de 30, cede lugar ao voto - mercadoria”.(38)

Há ainda as despesas eleitorais. “A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior.”(39) e no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. “Documentos, transportes, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia eleição, tudo é pago pelos membros políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento”.(40)

O velho processo do **bico de pena** reduzia muito as despesas eleitorais. Os novos códigos, ampliando o corpo eleitoral e reclamando a presença efetiva dos votantes, aumentam os gestos. É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente.

Esse panorama já se apresenta com alguns indícios de modificação, pois, podemos observar nas eleições realizadas por 45, no seio do próprio eleitorado rural verificam-se “traições” dos empregados dos fazendeiros. O fato merece um estudo mais

atento e que ainda não foi feito. Observadores locais procuram atribuí-lo em grande parte à propaganda radiofônica. Nas cidades do Interior já são numerosos os aparelhos receptores, e os trabalhadores rurais tem hoje maior possibilidade de contato com a sede urbana pelo uso bastante generalizado do transporte rodoviário. O rádio, aliás, já introduzido nas fazendas: as baterias resolvem parcialmente o problema da energia. Facilitou mais a vida das populações rurais, no sentido de ter notícias a respeito de parentes e amigos, anuncio de empregos nas cidades; reduzindo assim o grau de sua dependência em relação ao proprietário da terra..

NOTAS

1. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo**
— no Brasil. 5 ed. São Paulo: Alfa - Ômega. 1986 - p. 158
 2. THEODORICO BEZERRA. **Entrevista ao Globo Repórter da Rede Globo de**
— **Televisão, dia 22/08/78. Natal, 1978. 1 fita de vídeo. 50 min.**
 3. CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais (1889 - 1930).** 5 ed.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988 p. 253
 4. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In:
FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano.** São
Paulo: Difel, 1989. v.1, t.3 cap3. p. 173
- * Através de informações de pessoas de Santa Cruz, e parentes de Theodorico. Com relação ao período que ele serviu ao Exército era chamado de "cabo". O título de "major", apareceu com a política.
5. Entrevista T.B. 1. Fita de vídeo. (50 min.).
 6. Idem., Entrevista
 7. BEZERRA, Lauro Gonçalves. **Major Theodorico, o imperador do Sertão.** Natal: Editora
RN / Econômico. 1982. p.75
 8. Id., *ibid.*, p. 102
 9. Entrevista T. B. 1 fita de vídeo. 50 min.
 10. BEZERRA, L. G. *op.*, *cit.*, p. 164
 11. Id., *ibid.*, p. 172
 12. Idem., p. 216

13. Entrevista. T. B. 1 fita de vídeo 50 min
 14. Idem., Entrevista.
 15. BEZERRA, L. G. op., cit., p. 262
 16. MELO, Manoel Rodrigues de. **Patriarcas e carreiros: Influência do coronel e do carro de boi na sociedade Rural do Nordeste.** 3 ed. Natal: Editora Universitária, 1985 p.31.
 17. Entrevista, T. B. 1 fita de vídeo 50 min.
 18. BEZERRA. L. G. op., cit., p. 99.
 19. CASCUDO, Luiz Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro, 1965 p. 252.
 20. Entrevista, com moradores.
 21. TELAROLLY. Rodolpho, **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha.** São Paulo: Brasiliense, 1982 p. 20
- ** A expressão "venda" de votos considera grosseira e comprometedora. Por isso numa transação direta insiste nos termos "pedir", "dar" - "pede quem precisa, dar quem tem". A nível do eleitor a relação não pode ser vista como de compra e venda do voto , e sim de pedido e doação. O dinheiro que entra é "gratificação", "agrado", não devendo ser tratado como pagamento.
22. Entrevista feita a um morador.
 23. Entrevista
 24. QUEIROZ, M. J. P. op., cit., p.172
 25. Id., ibid., p.176
 26. JANOTTI, Maria de Lourdes, **O coronelismo: uma política de compromissos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 1986, p. 32
 27. Entrevista nº 05 com morador.
 28. JANOTTI, M. L. M. op., cit., p.58

29. Entrevista nº 01 com morador.
30. BEZERRA, L. G. op., cit., p. 86
31. id., ibid., p. 87
32. Entrevista nº 01 com morador
33. CARTA de José Augusto Bezerra de Medeiros e Maria Lauracy Costa (Arquivo da Biblioteca Pública Municipal, Documentos de José Augusto) (A B E)
34. CARTA a Nilo Pereira ... (A B E).
35. CARTA a J. Lins do Rego ... (A B E)
36. LAMARTINE, Juvenal. O mercado eleitoral. *Tribuna do Norte*, Natal, 17 jul. 1954.p.1
(1 JTN)
37. LAMARTINE, Juvenal. O pleito de outubro. *Tribuna do Norte*, Natal, 29 abr. 1951
p. 3 (A JTN)
38. VILAÇA, Marcos Vinícios e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, coronéis*
2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
39. O alistamento de 1945 - excluídos os territórios - registrou 5.319.678 eleitores do "interior". (73%) contra 1.966.797 das "capitais" (27%) (Anuário estatístico de 1946, p. 515).
40. Depoimento prestado por Domingos Velasco na constituinte de 1933-34 são a este respeito muito ilustrativo. Com relação aos gastos com transporte, hospedagem e documentação para o alistamento do eleitor da roça, observa que "seria impossível formar o eleitorado, se não houvesse o chefe municipal que alicia o eleitor e paga-lhe as despesas". E acrescentava: "Chegadas as eleições..., presenciasse o espetáculo que todos conhecemos bem. Os chefes municipais organizam os meios de transporte, preparam nas povoações alojamentos e cuidam da alimentação das centenas, e às vezes, milhares de eleitores. Essa hospedagem é dispendiosa, porque, no interior, os eleitores comparecem nas vésperas do pleito e só regressam no dia seguinte às eleições; e durante esse tempo, eles não despendem um real, nem mesmo com as diversões que são obrigatórias nos povoados em dia de pleito eleitoral". (Anais, VII, pág. 323).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a participação política do morador é instrumentalizada pelo proprietário da fazenda, na qual retira sua subsistência. Existe uma relação de dominação e dependência pessoal, que condiciona a entrada política do trabalhador rural a uma lealdade para com a que lhe "dá" a terra para cultivar. Portanto o comportamento do eleitor expressa a nível político, uma relação vertical entre dois atores desiguais; aonde um deles, o superior, exige o voto do inferior. Onde o major Theodorico Bezerra: O Imperador do Sertão, deixa claro esta relação. "Eu não vou pedir dinheiro emprestado a ele que ele não tem, ele não tem remédio para me dar, ele não tem coisa nenhuma, a única coisa que pode dar é o voto. Se não me dá o voto, vá simhora . Todos lá são obrigados a ser eleitor. porque eu preciso dos votos deles". Este é o pensamento do proprietário da "Fazenda Irapuru" (14.000 hectares), que conclui: "tem que educar um pessoal numa fazenda dentro desse princípio."

Portanto, o sistema coronelista caracteriza-se fundamentalmente pela integração vertical dos trabalhadores rurais (os moradores) aos seus patrões. Define-se pois, essencialmente o coronelismo pela relação social na qual, o morador participa da campanha eleitoral através da lealdade ao proprietário da terra, com o qual mantém uma relação econômica de parceria (meação) que determina a manifestação política (eleitoral) do morador.

Assim, como a estrutura agrária ainda vigente contribui para a subsistência do "coronelismo", também o "coronelismo" concorre para a conservação dessa mesma estrutura . Os governos brasileiros tem sido, até hoje, das classes dominantes e com o imprescindível concurso do mecanismo "coronelista". Esta é uma das razões da sua perplexidade no encarar os problemas do país, cuja economia se caracteriza por um industrialismo ainda precário e por um agrarismo retrógrado.

ANEXOS

FAZENDA IRAPURU
— DE —

THEODORICO BEZERRA
TANGARÁ — Rio G. do Norte

CADERNETA DE MORADOR

Nome

Local

Livro Folha

QUEM TRABALHA DEUS AJUDA

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome

Estado civil Idade

Anos nascido em

em/...../..... Altura

Sinais particulares

..... Filho de

Especialidade

Data da chegada/...../..... Local
onde mora

Ler? Assina? É eleitor?

As 3 últimas residências

.....

.....

.....

Caderneta de morador
Fazenda Irapuru
Arquivo particular do Major Theodorico Bezerra

NOSSAS CONDIÇÕES

É Proibido aos Moradores desta Propriedade:

- 1.º — Andar armado, seja qual for a espécie da arma.
- 2.º — Tomar aguardente ou qualquer bebida alcoólica.
- 3.º — Jogar baralho ou qualquer outro jogo.
- 4.º — Fazer feira em outra localidade que não seja IRAPURU.
- 5.º — Caçar ou consentir pessoas estranhas fazê-lo.
- 6.º — Possuir espingarda ou outra qualquer arma.
- 7.º — Brigar com seus vizinhos ou outra qualquer pessoa.
- 8.º — Fazer quarto a doentes.
- 9.º — Fazer baile sem consentimento do proprietário.
- 10.º — Criar seus filhos sem aprender a ler e escrever.
- 11.º — Falar mal da vida alheia.
- 12.º — Inventar doença para não trabalhar.

Os moradores desta propriedade são obrigados a:

- 1.º — Fazer feira em IRAPURU
- 2.º — Botar os filhos na escola
- 3.º — Zelar pela conservação de sua caderneta

Continua na última página

Nossas Condições — Continuação

- 4.º — Limpar os seus roçados nas épocas necessárias.
- 5.º — Pulverizar as suas lavouras quando houver lagartas ou outra qualquer praga.
- 6.º — Conservar todo material agrícola que estejam sob a sua responsabilidade.
- 8.º — Zelar e conservar sempre limpa a casa em que mora.
- 9.º — Fazer suas colheitas nas épocas necessárias.
- 10.º — Comunicar ao proprietário ou administrador, qualquer irregularidade que esteja havendo nesta propriedade.
- 11.º — Cumprir todas as ordens da administração.
- 12.º — Cumprir rigorosamente este regulamento
- 13.º — Ser ELEITOR.

O morador que não cumprir fielmente este regulamento, será tomado o roçado e terá o prazo de 24 horas para desocupar a casa e ir embora desta propriedade.

A riqueza pertence a quem trabalha: se você não trabalhar viverá sempre pobre!

Aqui ninguém parado: mesmo na hora da morte esteja estrebuchando.

Caderneta de morador
Fazenda Irapuru
(ApTB)

BAIÃO POLÍTICO DE SÃO TOMÉ

Música de Xanduzinha

Letra de Zé-Gamela

O cabôco masculino
Tem muita sagacidade
Vota com a coligação
Isto é uma felicidade
Sabe qui Rainel Pereira
É um candidato de verdade
Quando for nosso Prefeito
Vae consertar a cidade
Com Sinval pra lhe ajudar
Será uma felicidade.

O masculino
É cabôco de cultura
Para ir pra Prefeitura
Ai masculino
Cabôco que não têm medo
Vota com Rainel Pereira
Com Sinval Azevêdo.

ACONSELHANDO

EXPLICAÇÃO: — O Major Theodorico mandou escrever em "sua" Cooperativa de Barcelona. "Agricola" com C-U

Senhor Major Theodorico,
Um conselho quero lhe dar:
— Escreva "Agrícola" com "co",
Porque com "cu" está errado,
Além de ser meio imoral
É contra a língua atentado...

Escrever "Agricola" com "cu"
Fica pra gente do mato,
Não é pra um deputado
Querido como o senhor.
Faça, pois, de "cu" "co"
pra não perder o valôr.
Assim, meu caro major,
Meu líder, meu deputado,
Tenha pena do idioma,
Que vive tão maltratado:
Escreva "Agricola" com "co"
Porque com "cu" está errado

Menino da minha escola
Que mal sabe soletrar
Escreve "Agricola" com "co"
Já obedecendo a grafia,
Não escreve "agricola" com "cu"
Do modo que pronuncia.

Conselheiro proletário

Propagandas cantadas durante a campanha, onde uma delas antecipa a comemoração udenista

DESPEDIDA DO MAJO'

Para ser cantado na música do "Baião"
"Eu vou-me embora" de autoria de
Manoel Macêdo

CÓRO

Eu vou-me embóra
Não há mais geito
Eu vou-me embóra
Que aqui não sou Prefeito - Yáyá (bis)

Eu vou-me embóra
Já não tenho mais dinheiro
Mesmo aqui não ha quem possa
Com o povo do BRIGADEIRO
Fiz bandalheira
Iludindo o eleitorado
Mas foi tudo descoberto
Fiquei desmoralizado

Eu vou-me embóra etc., etc.

Eu vou-me embóra
Não cumpro mais a promessa
Não dou roupa nem chapéu
E nem mais dinheiro a "BESSA"
Estou derrotado
Estou com a corda no pescoço
Vou morar pra toda vida
No sertão de Mato Grôso

Eu vou-me embóra etc., etc.

Eu vou-me embóra
Adeus seu RAINEL FERREIRA
Pois não posso mais ouvir
O disco da "QUIXABEIRA"
Quando ele tóca
Fico desorientado
Com raiva de meu sobrinho
Que foi o maior CULPADO.

Eu vou-me embóra etc., etc.

PALAVRAS DE FREI DAMIÃO

Frei DAMIÃO aconselha **NÃO VOTAR NO PARTIDO COMUNISTA** ou em outro qualquer Partido que tenha ligação com o **COMUNISMO**.

Votai, pois, no **PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**, nas próximas eleições, que é o Partido do **GOVERNO**, e se norteia nos sagrados princípios da Religião Católica, da Família organizada e da Pátria estremitada.



Panfletos de propaganda, e convites para missões são distribuídos durante campanha eleitoral em 1943.

Santas Missões em Irapuru

Dias 16 e 17 de Outubro

CONVITE

Convida-se a população católica de Santa Cruz e dos municípios circunvizinhos para assistir, na propriedade Irapuru, nos dias 16 e 17 do corrente mês de Outubro, as **Santas Missões** a serem pregadas pelos franciscanos Frei Chrysologo e Frei Miguel, de João Pessoa, obedecendo ao seguinte:

P. R. O. M. A.

A tarde do dia 16, iniciando as **Santas Missões**, haverá a **Palavra de Deus**, pelo verbo autógrafo do presente dos referidos Missionários.

No domingo 17, às 8 horas da manhã, serão celebradas as **missas**, no decorrer de cujo sacramento a cerimônia da bênção das imagens de Nossa Senhora das Graças e de S. Judas, recentemente para a capela de Irapuru pelas exmas. Sras. Zilá de Carvalho e Violeta Bezerra Tinoco.

Durante a tarde do dia 17, Frei Chrysologo e Frei Miguel ministrarão a **Palavra de Deus**, será também ministrado o **Sacramento da Crisma**, que se prolongará até as 17 horas, encerrando-se assim, as **Santas Missões** com a pregação a noite.

Serão facilitados todos os meios necessários ao maior comparecimento possível, para que as **Santas Missões** em Irapuru se revistam de excepcional brilhantismo, e a **Palavra de Deus** seja ouvida com as mais edificantes demonstrações de fé e piedade cristã, proporcionando a todos o conforto espiritual de que tanto carecemos nesta época de disturbios morais e de ambições desmedidas, que estamos atravessando.

Irapuru, 10 de Outubro de 1943



Theodorico assume a chefia do Poder Legislativo do Estado.



O primeiro discurso na Câmara dos Deputados, em 04 de junho de 1951.

PARA GOVERNADOR



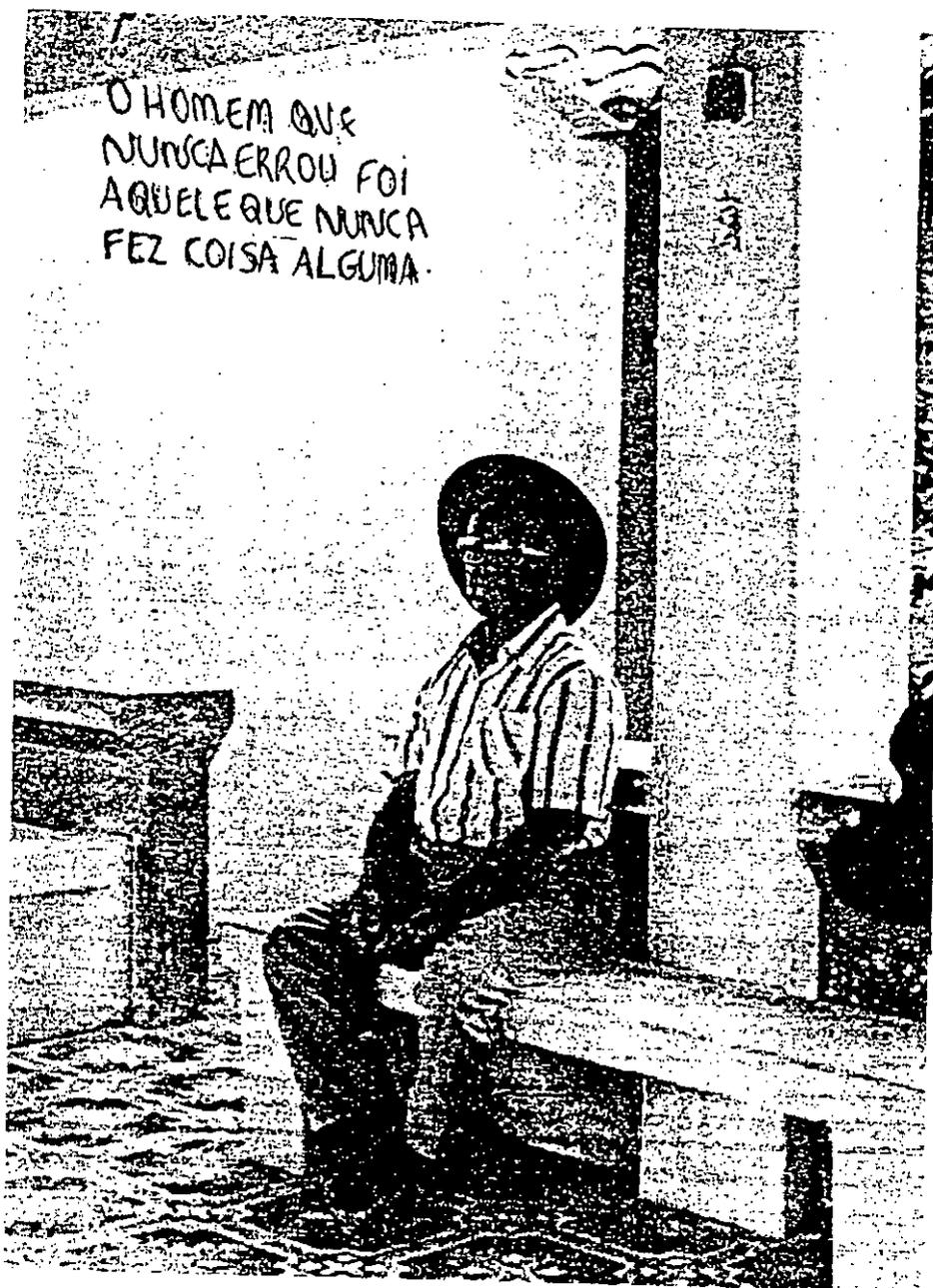
THEODORICO BEZERRA

Lançando-se candidato ao Governo, o major já havia confeccionado os cartazes da campanha.

Theodorico Bezerra, confecciona cartazes para campanha de governador. Só que o Diretório Regional do PSD vota a favor da candidatura de Monsenhor Walfredo Gurgel ao governo do Estado.



Major Theodorico Bezerra, o imperador do sertão.



Theodorico na Fazenda Irapuru revive o passado na entrevista à TV-Globo.



Theodorico e Juscelino em campanha eleitoral.



Theodorico e Juscelino se confraternizam após a vitória.





Theodorico serve de motorista ao missionário Frei Damião.

Major Theodorico Bezerra
Candidato a Deputado Estadual pela Arena
Autor: CRAUNA DO NORTE



Major Theodorico e Frei Damião

Cartazes de Theodorico Bezerra e Frei Damião juntos são distribuídos durante campanha eleitoral.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- BAUSBAUM, Leôncio. As transformações políticas. In: ~~_____~~ **História Sincera da República: 1889 - 1930**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 2v. p. 183 - 194.
- BEZERRA, Lauro Gonçalves. **Majó Theodorico, o imperador do sertão**. Natal: RN / Econômico, 1982 p. 329.
- BEZERRA, Maria do Nascimento. **A estratégia do paternalismo na parceria**. Natal: Editora Universitária, 1987.
- BLONDEL, Jean. **As condições da vida política na Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. 2. ed. Petrópolis: vozes, 1984.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais 1889 - 1930**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988. pt. I.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente- Campos Sales. In: FAUSTO BORIS. **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1989. v.1, t.3 cap. 1.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **História da República do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Editora do Val, 1965. 307p.

- CAVALCANTI, Robinson. **As origens do coronelismo: Força armada e poder local no estado patrimonial brasileiro.** Recife: Ed. Universitária - UFPE, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. "Coronelismo". In: **Dicionário Histórico Bibliográfico do Brasil.** 1889 - 1930. Rio de Janeiro: Forense, 1985, v. 2. p. 932 - 34.
- DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1975. V.2.
- FENELON, Deo Ribeiro. **50 textos de História do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1974.
- FERRAZ, Maria do Carmo B. "Oligarquias rurais: reflexões sobre os sertões nordestinos". In: **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências.** Fortaleza: Imprensa Universitária da UFCE, 1986.
- FURTADO, Celso. **Brasil, da República oligárquica no estado militar.** In: **Brasil tempos modernos.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O coronelismo uma política de compromissos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 85.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** O município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 258p.
- LINS, Wilson. Et. al. **Coronéis e Oligarquias.** Salvador: Ianamá, 1988. 114p
- LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1921.
- LUNA, Luiz e BARBALHO, Nelson. **Coronel dono do mundo.** (síntese histórica do coronelismo no Brasil). Rio de Janeiro: Cátedra, 1983, 316p.

MARTINS, Rodrigo Batista. **A mosarca: O coronelismo e a violência no processo político brasileiro.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1977.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 170p.

MEDEIROS, Tarcísio da Natividade. **Aspectos geo-políticos e antropológicos do Rio Grande do Norte.** Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Patriarcas e carreiros: Influência do coronel e do carro de boi da sociedade rural do nordeste.** 3. ed. Natal: Editora Universitária, 1985 p. 226.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1930).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 249p.

PINHEIRO, Irineu. **O Juazeiro de Padre Cícero e a Renovação de 1914.** Rio de Janeiro: Pongethi, 1938.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano.** São Paulo: Difel, 1989. v.1, t3 cap 3. p. 155 - 189.

_____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Itamar de. **O compadrio: da política ao sexo.** Natal: vozes, 1981.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva.** 15 ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 162-226.

-TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na república velha.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p.20.

_____ **o poder local na república velha.** São Paulo: Nacional, 1977.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha.** São Paulo: Global, 1982
(História Popular).

VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti.
Coronel, coronéis. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.